

NESTA EDIÇÃO



**Conferência Nacional
de Educação**

Evento histórico
congrega governo
e sociedade civil

RADIS

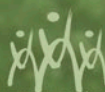
comunicação em saúde

DESDE 1982

Nº 94 ♦ Junho de 2010

Av. Brasil, 4.036/515, Manguinhos
Rio de Janeiro, RJ ♦ 21040-361

www.ensp.fiocruz.br/radis



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP



FIOCRUZ

Mala Direta
Postal

9912233515/2009-DR/RJ
FIOCRUZ

...CORREIOS...



Um novo olhar sobre o
SEMIÁRIDO

O louco e a loucura no século 20

Imagens produzidas por quatro fotógrafos, em hospitais psiquiátricos brasileiros, foram objeto de análise da pesquisadora Tatiana Fecchio Gonçalves, em sua tese de doutorado defendida pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em janeiro de 2010. Ela estudou a representação do louco e da loucura em fotografias feitas no Brasil, no século 20, selecionando trabalhos de fotógrafos que “retrataram sujeitos, e não exclusivamente espaços”.

Em 1950, Alice Brill retratou o cotidiano do Hospital Psiquiátrico do Juquery, em São Paulo. Em 1971, Leonid Stranislev fez imagens no Hospital São Pedro, no Rio Grande do Sul. Já Claudio Edinger fotografou também o Juquery, só que em 1989 e 1990, e Claudia Martins, a Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, entre 1997 e 1999. Esses foram os fotógrafos escolhidos pela autora, que explica que a pesquisa não apenas revela as características das fotografias em seus contextos imediatos de produção, como também amplia as possibilidades de análise da loucura, em função do confronto com formas de apreender e descrever o louco como diverso, excluído e estigmatizado.

O primeiro conjunto analisado por Tatiana Fecchio foi o de Alice Brill, que produziu 40 fotos no Juquery, 11 sobre os trabalhos plásticos realizados pelos internos e 29 sobre os ambientes de convívio e os próprios internos. As imagens foram veiculadas 50 anos depois, em evento promovido pelo Instituto Moreira Sales, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Segundo fotógrafo selecionado, Leonid Stranislev retratou o hospital gaúcho São Pedro, em 1971, quando produzia matéria fotojornalística para a revista *Veja*. Ele fotografou na época o Pavilhão dos Irrecuperáveis. Suas imagens, embora não tenham sido publicadas em jornais, foram expostas em galerias de

São Paulo e Londres. Na concepção do autor, sua presença no interior da instituição oferecia ao público a possibilidade de conhecer aquela realidade pelo olhar de um interno.

O terceiro fotógrafo analisado, Claudio Edinger, fotografou o Juquery entre 1989 e 1990, para satisfazer a curiosidade que sentiu ao assistir a um programa de televisão sobre o hospital psiquiátrico, na década de 80. Suas imagens foram veiculadas na mídia, publicadas em livros, catálogos, bem como expostas diversas vezes.

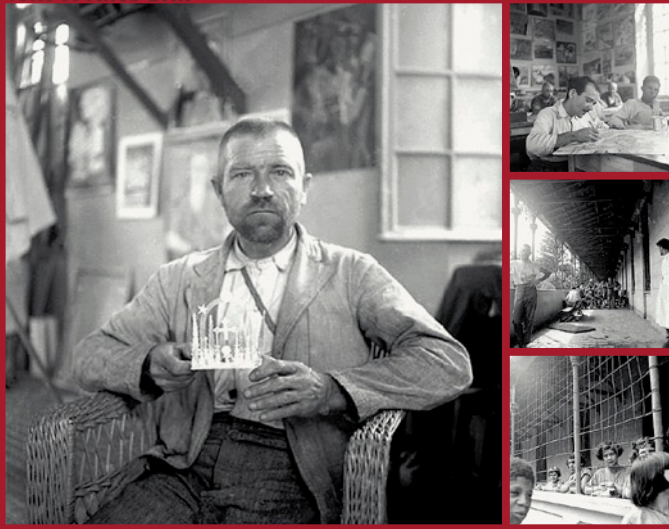
Já as imagens de Claudia Martins, realizadas na Colônia Juliano Moreira, entre 1997 e 1999, fizeram parte de um projeto de fotojornalismo, das Faculdades Integradas Helio Alonso, no Rio de Janeiro, com objetivo de discutir as questões de agenciamento entre retratado e fotógrafo. Ela realizou 80 imagens de 44 pessoas.

REFORMA PSIQUIÁTRICA

As imagens datam do mesmo período de mudanças propostas pelo movimento da reforma psiquiátrica, iniciada na década de 1960, na Europa.

A partir do estudo, Tatiana Fecchio observa que os processos de compreensão e representação da loucura se alteram no decorrer do tempo. “Nas imagens é possível identificar que houve uma tensão entre normalidade e anormalidade decorrente, inclusive, de eventos sociais e culturais relativamente recentes”, escreve. Segundo a autora, a eliminação do paradigma entre normalidade e anormalidade proposto pela reforma psiquiátrica não garantiu alteração das formas de representação do louco e da loucura, embora algumas mudanças tenham sido verificadas. Durante o século 20, a abordagem nosográfica — relativa à descrição e classificação de doenças — da loucura foi questionada, bem como as formas de contenção e segregação. Mas, a loucura continua a ser compreendida como ameaça. “A relação que prevalece

Fotos de Alice Brill



ACERVO DO INSTITUTO MOREIRA SALES

se refere ao corpo fisiológico, medicalizável, no entanto, ainda possuidor de uma essência a ser controlada”, explica.

Embora mudanças como a desativação gradual dos manicômios tenham ocorrido a partir da década de 1960, a representação da loucura como locus do diverso ou do estranho ainda prevalece, observa Tatiana. Ao olhar para os ensaios fotográficos como produções culturais, especialmente, ao comparar os contextos em que foram realizados, ela percebe novas possibilidades de acesso à abordagem e à compreensão da loucura, e, ao mesmo tempo, elementos que se perpetuam de forma naturalizada, como a grade que segrega e protege, os uniformes e a nudez como índice de animalidade. ▣

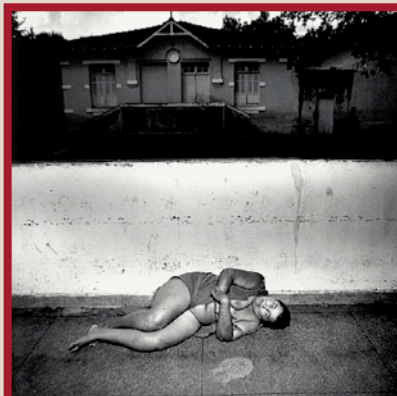
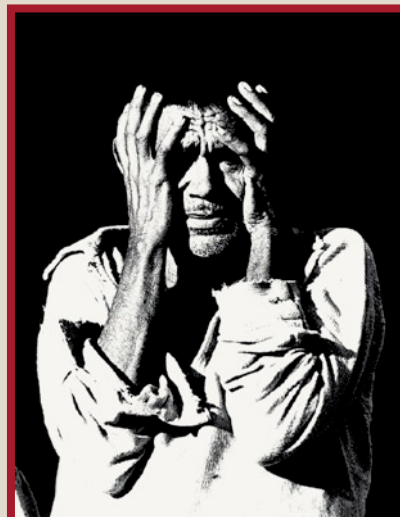


Foto de Claudio Edinger

ACERVO DO FOTÓGRAFO



ACERVO DO FOTÓGRAFO



Fotos de Leonid Stranislev

Convivência

Dois grandes temas coexistem nesta edição: a definição de políticas de educação de qualidade para todos e a substituição da "indústria da seca" pela boa convivência com o Semiárido brasileiro, com base na melhor distribuição de água e terra.

Na Conferência de Educação, em Brasília, Bruno Dominguez e a editora Eliane Bardanachvili registraram discussões que refletem na qualidade de vida da população e no desenvolvimento e soberania do país. Três mil delegados do poder público e da sociedade aprovaram a criação de um Fórum Nacional de Educação para acompanhar a tramitação e a execução do novo plano decenal (2011-2020), cujas principais diretrizes também foram apresentadas e votadas na Conferência e que orientará o Sistema Nacional Articulado de Educação. Os participantes defendem o piso salarial para educadores em todo o país e a elevação dos recursos mínimos para educação pública dos atuais 5,1% do PIB para 7%, em 2011, e 10%, em 2014. Argumentam que é preciso parar de perguntar quanto o setor pode gastar, substituindo pela definição de quanto é necessário para oferecer ensino melhor e mais inclusivo, sob a regulação e fiscalização do governo e da sociedade.

No encontro da Articulação no Semiárido, em Juazeiro/BA, o diagnóstico é que o problema do sertão "não é a seca, mas a cerca". No bioma da Caatinga, o estereótipo das carcaças de animais sobre um chão rachado está superado pela possibilidade de irrigação e do armazenamento da água. Se, por um lado, uma oligarquia continua concentrando terra e água para a agroin-

dústria de monoculturas, degradando o ambiente e expulsando pessoas para centros urbanos, por outro, há milhares de pequenos agricultores e entidades interessados em acabar com a desigualdade, preservar o ambiente, promover economia solidária, agricultura familiar e orgânica, educação contextualizada e valorização das culturas locais. Já construíram 300 mil cisternas e almejam um milhão, dotando famílias de água para consumo humano, hortas, pequenas plantações e animais. Principalmente, renovam e defendem uma convivência harmônica e produtiva com o Semiárido e criticam obras como a transposição do rio São Francisco, por destinar apenas 4% das águas para as populações da região, 26% para o meio urbano - incluindo indústrias - e 70% exclusivamente para a agroindústria.

O retorno ao Semiárido com água, luz e dignidade, quando não impedido pelas cercas do latifúndio, é opção cada vez mais frequente para emigrantes e seus descendentes, asseguram os entrevistados. Ao fazer esta reportagem, Adriano De Lavor e eu nos emocionamos com a caminhada de milhares de homens e mulheres ao lado do São Francisco, no Dia da Água, porque nos identificamos com esse movimento. Somos netos dos sertões do Ceará e da Bahia. Até 2009, com 106 anos, meu avô Lau ainda contava saborosos *causos* sobre brincadeiras, trabalho árduo, feiras com bodes e música e convívio feliz nas famílias numerosas, ensinando que era boa a vida na região do Umbuzeiro, na Caatinga baiana.

Rogério Lannes Rocha
Coordenador do Programa RADIS

Comunicação e Saúde

- ♦ O louco e a loucura no século 20 2

Editorial

- ♦ Convivência 3

Cartum

- 3

Cartas

- 4



- Súmula 5

Radis adverte

- 6

Toques da Redação

- 6

7º Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro

- ♦ Sertão, lugar bom de se viver 8
- ♦ Entrevista – Naidison de Quintela Baptista: Cidadania e auto-estima no sertão 11
- ♦ "O problema do semiárido não é a seca; é a cerca" 12
- ♦ Entrevista – Roberto Malvezzi: Interesse da população compete com grandes projetos 14

Violência

- ♦ Boa noite, Cinderela 15



Conferência Nacional de Educação (Conae)

- ♦ Um evento histórico 16
- ♦ Encontro agregador, após um século 17
- ♦ Delegados aclamam Lula 18
- ♦ Entrevista – Daniel Cara: "Concretização das propostas demanda força" 20

Serviço

- 22

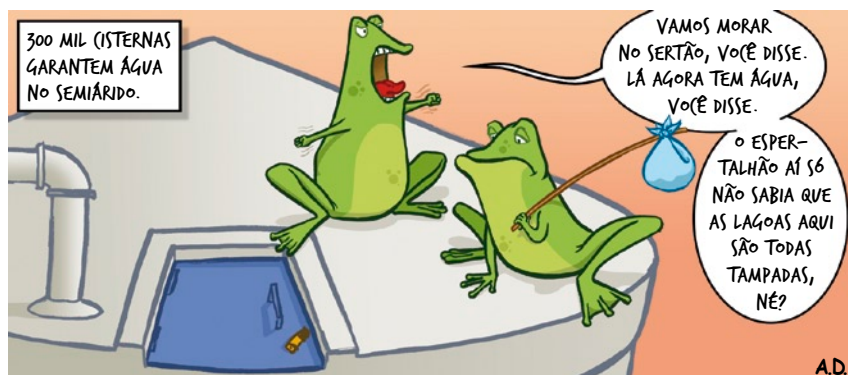


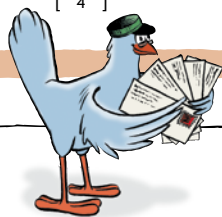
Pós-Tudo

- ♦ Aparência em lugar da essência 23

Foto da capa Rogério Lannes
Ilustrações Aristides Dutra (A.D.)

CARTUM





CARTAS

RADIS, MUITO PRAZER

A cabo de conhecer a *Radis* e confesso Ater ficado impressionada com o comprometimento e preocupação com que vocês abordam questões extremamente importantes para nossa sociedade. Tudo de uma forma clara e acessível, para que até pessoas desprovidas de conhecimento como eu possam ler e compreender (que é o mais importante) conteúdos complexos como os expostos por vocês. Estou feliz e agradecida por essa nova descoberta.

♦ Jaqueline Maria da Silva, Cabo de Santo Agostinho, PE

VIOLÊNCIA E MULHER

Parabéns pela reportagem sobre Violência (*Radis* 92). Gostaria de agradecer, pela equipe da Rede Gênero, Direito e Saúde do DIHS/Ensp/Fiocruz, as informações para garantir que os direitos humanos das mulheres não sejam violados. (...) Apenas conhecendo nossos DIREITOS, poderemos fazer cumprir as LEIS – o direito ao

parto seguro, a lei do acompanhante ao parto, os direitos sexuais e reprodutivos, as leis de assédio moral. Obrigada mais uma vez.

♦ Rita de Cássia V. da Costa, São Gonçalo, RJ

FARMÁCIAS QUE VENDEM DE TUDO



Sou coordenador da vigilância sanitária do meu município e temos diagnosticado esse grave problema nas farmácias (*Radis* 91). Se as farmácias podem incorporar em seus estabelecimentos produtos comerciais típicos de mercados, os mercados, logo, poderão incorporar medicamentos em suas prateleiras, pois a diferença entre ambos será apenas o tipo de licença expedida. Assim, a Resolução nº 44 da

Anvisa põe com exatidão os princípios éticos e legais da boa prática a ser exercida pelas farmácias. Obrigado à revista *Radis* pelas informações.

♦ Kelson Janes Fonseca e Silva, Flores do Piauí, PI

CRACK EM QUESTÃO

Estamos produzindo uma série de reportagens sobre o crack, mostrando que essa droga tem invadido rapidamente a vida de crianças, adolescentes e até mesmo idosos e que o Brasil não tem ainda um plano de tratamento para esses usuários. Haveria cura para o usuário de crack? Li texto do Pedro Gabriel, da Coordenação de Saúde Mental, do Ministério da Saúde e achei muito interessante. Desde já agradeço a atenção de todos.

♦ Claudia Mônica Morais, Rio de Janeiro

▣ *Prezada Claudia, Radis produziu recentemente matéria sobre o assunto (edição 92), tendo, inclusive, o citado Pedro Gabriel como um dos entrevistados.*

VACINA DA GRIPE SUÍNA

Gostaria de obter mais informações sobre a eficácia da vacina H1N1, já que na minha cidade circulam muitos comentários e até alguns emails pondo isso em dúvida. Muitas pessoas ficam sem saber se tomam ou não a vacina. Acompanho as informações nas revistas de vocês já há bastante tempo, porém tem temas que geram dúvidas, como esse.

♦ Sérgio Andrade, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Otacílio Costa, SC

▣ *Prezado Sérgio, a reportagem de capa da última edição da Radis (93), que, a essa altura, já deve ter chegado a suas mãos, tratou justamente das dúvidas sobre a vacina H1N1. Esperamos que tenha trazido as informações desejadas.*

RADIS DIGITAL

Sou assinante da *Radis* desde 1997 e tenho comigo todos os exemplares, desde então. No entanto, devido à quantidade de revistas, o espaço que ocupam é imenso e gostaria de saber se existe algum tipo de DVD/CD que contemple as edições desta revista, para que eu substitua os exemplares em papel, doando estes para biblio-

EXPEDIENTE



RADIS é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa RADIS (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp).

Periodicidade mensal
Tiragem 71.000 exemplares
Assinatura grátis
(sujeita à ampliação do cadastro)

Presidente da Fiocruz Paulo Gadelha
Diretor da Ensp Antônio Ivo de Carvalho

PROGRAMA RADIS

Coordenação Rogério Lannes Rocha
Subcoordenação Justa Helena Franco
Edição Eliane Bardanachvili (Milênio)
Reportagem Katia Machado (subedição/Milênio), Adriano De Lavor, Bruno Dominguez (Milênio) e Lucas Sakalem (estágio supervisionado)
Arte Aristides Dutra (subedição/Milênio) e Natalia Calzavara
Documentação Jorge Ricardo Pereira, Laís Tavares e Sandra Benigno



Ministério
da Saúde



Secretaria e Administração Onésimo Gouvêa, Fábio Lucas e Cristiane Abrantes

Informática Osvaldo José Filho

Endereço

Av. Brasil, 4.036, sala 515 – Manguinhos
Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas)

Tel. (21) 3882-9118 • Fax (21) 3882-9119
E-mail radis@ensp.fiocruz.br

Site www.ensp.fiocruz.br/radis (confira também a resenha semanal *Radis* na Rede e o Exclusivo para web, que complementam a edição impressa)

Impressão Ediouro Gráfica e Editora SA

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
Site www.fiocruz.br/ouvidoria

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, desde que acompanhado dos créditos. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.

tecas de minha cidade. Sem mais, agradeço e parabéns pelo gradativo aumento da qualidade desta revista com seus artigos cada vez melhores.

♦ Felipe Magalhães Bastos, Taubaté, SP

▣ *Felipe, você pode acessar o site do RADIS (www.ensp.fiocruz.br/radis), onde estão digitalizadas todas as edições da revista. Pelo banner Coletânea 20 anos, à esquerda, é possível chegar aos exemplares publicados de 1982 a 2002. Já na área Edições anteriores (no meio da página, embaixo), estão as Radis de 2002 até hoje.*

Tendo em vista meu envolvimento na área de saúde, na função de técnica de enfermagem, atuando em ambiente hospitalar em vários setores, tomei a liberdade de contatá-los solicitando receber exemplares da *Radis*. É grande meu interesse nas matérias e assuntos que a revista oferece, orientando, atualizando, enriquecendo e ajudando toda e qualquer pessoa.

♦ Paulina Voleinik, Caçador, SC

▣ *Cara Paulina, você pode ter acesso à coleção completa da revista Radis, acessando o site www.ensp.fiocruz.br/radis.*

RADIS AGRADECE



Gostaria de parabenizar a *Radis*, pelos variados assuntos que aborda e que têm sido de suma importância na minha vida acadêmica. Que bom seria, se existissem mais iniciativas políticas como a de um veículo tão importante como este, de levar informação, conhecimento e cultura àqueles que tanto precisam.

♦ Cleidiane Alves de Sousa, Viçosa do Ceará, CE

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

SÚMULA

BIODIVERSIDADE: META DA ONU NÃO ALCANÇADA

Estudo publicado (30/4) na revista *Science*, pela Universidade de Cambridge, apontou que a meta estabelecida em 2002 pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), de reduzir o ritmo global de extinção de espécies até 2010, não foi cumprida, noticiou o *Estado de S. Paulo* (1º/5). “Há muitos exemplos de boas iniciativas, mas, ao mesmo tempo em que cresceram os esforços de conservação, cresceram as pressões sobre os ecossistemas de uma forma geral. Uma coisa não foi suficiente para compensar a outra”, disse ao jornal a pesquisadora e conselheira do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, Valerie Kapos, que assina a pesquisa com 44 especialistas. Desde 2002, o número de espécies classificadas como ameaçadas de extinção aumentou, aproximadamente, de 11 mil para 17 mil, de acordo com a Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

A pesquisa destacou alguns pontos positivos, como criação de áreas protegidas, aumento da área de florestas certificadas e dos investimentos em conservação da biodiversidade. Enquanto isso, a pesca predatória, as mudanças climáticas, a disseminação de espécies invasoras, o desmatamento e o consumo de recursos naturais por uma população cada vez maior e mais consumista são pontos que prejudicaram o cumprimento da meta.

A pesquisa cita o Brasil como bom exemplo, destacando a criação de áreas protegidas e redução do desmatamento na Amazônia. Entrevistado pelo *Estado*, o biólogo Carlos Joly, da Universidade Estadual de Campinas, deu nota 7 para a atuação do Brasil na Convenção, afirmando que o país, “ao mesmo tempo em que cria unidades de conservação, sucumbe a pressões para mudar o Código Florestal e prorroga prazos para a recuperação de áreas degradadas”.

MONSANTO AUTUADA

Anvisa autuou a empresa norte-americana Monsanto, produtora de herbicidas e sementes de milho, soja, algodão, hortaliças e cana-de-açúcar, por omissão de informações

relacionadas ao processo de produção do agrotóxico Glifosato Técnico Monsanto, em fiscalização realizada na fábrica da empresa (3/5). Além de ser autuada, a empresa deverá efetuar ajustes, para que constem do sistema informatizado de controle de qualidade os números dos lotes dos produtos e para que seja controlado o limite mínimo de ingrediente ativo do Glifosato. Em 2007, quando a Anvisa solicitou essas informações à corporação, não houve resposta da Monsanto detalhando o processo de formulação do produto.

CUTRALE DENUNCIADA

Presidente da Associação Brasileira de Citricultores, Flávio Viegas, denunciou que a Cutrale, maior empresa de suco de laranja do Brasil, derruba sistematicamente os pés da fruta. Segundo o site da Agência Pulsar (4/5), Viegas contabilizou que, em 15 anos, foram derrubados 80 milhões de pés de laranja plantados por cerca de 20 mil produtores, o que dá, em média, 15 mil pés de laranja por dia, entre 1994 e 2009. A razão é a já denunciada prática de cartel, pela Cutrale com outras poucas grandes empresas do ramo. Combinando preços, as empresas chefiadas pela Cutrale obrigaram os produtores menores a destruir sua produção por uma década e meia. A denúncia foi feita em entrevista de Flávio Viegas à revista *Dinheiro Rural*, e reproduzida no site do MST (4/5). No site, é lembrado que, em 2009, famílias do MST acampadas em laranjais, interior de São Paulo, fizeram protesto, com a derrubada de 3 mil pés de laranja, pela retomada pela União de uma área de 2.700 hectares grilada pela Cutrale, de acordo com o Inkra. “A partir disso, os meios de comunicação de massa, especialmente o *Jornal Nacional*, da TV Globo, criaram um escândalo para viabilizar uma CPMI contra a Reforma Agrária e legitimar a repressão às famílias de trabalhadores rurais, que foram presos e tiveram suas casas devastadas pela Polícia Militar do governo de São Paulo”, informa o texto, que também convida o leitor a uma conta rápida: a Cutrale é responsável pela derrubada de 15 mil pés por dia, durante quinze anos, contra os 3 mil do protesto dos Sem Terra. No entanto, o número da Cutrale não escandalizou.

QUEDA DA PATENTE DO VIAGRA

Por cinco votos a um, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou (28/4) a patente do Viagra, cuja produção, a partir de 20/6, passa a ser de domínio público. Outros laboratórios poderão fabricar o medicamento na forma de genérico, informou o *Valor Econômico* (28/4). A fabricante do Viagra, Pfizer, em nota oficial, afirmou que “acata, mas respeitosamente discorda da decisão do Tribunal”, e poderá recorrer. De acordo com o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos, Odnir Finotti, em entrevista ao jornal *O Dia* (28/4), várias empresas já têm o produto desenvolvido e estavam esperando pela decisão para começar a comercializá-lo. O preço médio da caixa de Viagra com quatro comprimidos é R\$ 105. Com a queda da patente, pode haver redução de 50% nesse valor e o consumo do medicamento pode aumentar, o que levou o jornal a produzir (30/4) matéria sobre as características do Viagra, que apresenta, por exemplo, contraindicações para cardiopatas e homens jovens.

Segundo a lei brasileira, a proteção da propriedade industrial de remédios dura 20 anos a partir do primeiro registro de patente no exterior. O Viagra foi registrado em junho de 1990 na Inglaterra. Entretanto, a Pfizer queria que prevalecesse a data da conclusão do registro, feito em 1991 na União Europeia, o que prorrogaria o prazo de vigência da patente até 2011.

FARMÁCIA POPULAR: NOVOS MEDICAMENTOS

O Ministério da Saúde anunciou (26/4) a inclusão, a partir de maio, de dois medicamentos no programa Farmácia

Popular: a sinvastatina, usada no tratamento contra o colesterol ruim, e a insulina regular, utilizada no combate ao diabetes, informou o *Jornal do Brasil* (26/4). Os investimentos chegam a R\$ 44,6 milhões até o final do ano. Segundo o periódico, ao todo, 14 medicamentos são vendidos nas farmácias populares com descontos de até 90%. Além da sinvastatina e da insulina regular, há ainda anti-hipertensivos e anticoncepcionais.

CESÁREAS DEMAIS

A taxa de cesáreas em São Paulo cresceu quase dez pontos percentuais na última década, atingindo 56,7% dos partos, sendo que a OMS considera aceitável um índice de até 15%, informou a *Folha de S. Paulo* (4/5). O obstetra Bussâmara Neme, professor da USP, Unicamp e PUC, afirmou ao jornal que “todo mundo sabe que estamos fazendo cesáreas demais, e que fatores como a comodidade do médico e interesses econômicos estimulam a prática”. De acordo com dados do IBGE (2007) divulgados pela *Folha*, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul sempre tiveram os maiores números de partos cirúrgicos do país, superando a média nacional.

MEDICAMENTO PARA METÁSTASE ÓSSEA

O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da UFRJ, iniciou fase de testes de medicamento para tratar a metástase óssea em pacientes com câncer de próstata, “um dos tumores que mais comumente migram para os ossos do doente”, informou a *Folha de S. Paulo* (31/3). A nova droga — chamada Alfa Radin e desenvolvida em Oslo, Noruega — está sendo testada em mais países, além do Brasil.

O tratamento para o câncer de próstata inclui hormonioterapia e quimioterapia. No entanto, após um a três anos, muitos pacientes passam a apresentar resistência às substâncias. São homens nessa situação que testarão o novo fármaco, carregado com partícula radioativa sintetizada em laboratório. A expectativa é que a radiação emitida pela droga seja capaz de controlar ou até mesmo reduzir a metástase.

O coordenador do núcleo de pesquisa em câncer da Faculdade de Medicina da UFRJ, Eduardo Cortes, explicou que “o medicamento vai direto para os tecidos em torno das metástases, irradia e mata o tumor”.

Segundo a *Folha*, avaliações anteriores mostraram que a droga



SÓ SEXO? — Ao tomar conhecimento pelos jornais e pela TV de que o ministro José Gomes Temporão havia recomendado que se praticasse mais sexo como forma de prevenir a hipertensão, Inocência Foca pensou:



tem efeitos colaterais reduzidos. O objetivo, agora, é comparar os resultados dos tratamentos realizados com o fármaco e com placebo. Para isso, 750 pessoas participam da pesquisa no Brasil e em outros países. Se a eficácia for comprovada, o medicamento precisará obter registro para ser incorporado ao arsenal terapêutico da metástase óssea.

MAPEAMENTO DE CONFLITOS AMBIENTAIS E DE SAÚDE

O mapeamento de 300 problemas ambientais que já acontecem no Brasil está disponível na internet, resultante de estudo desenvolvido pela Fiocruz e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Vinculado ao *Google Earth*, o *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*, lançado em 5/5, mostra os municípios e populações atingidas, os riscos e impactos ambientais e os problemas de saúde a eles relacionados. Os internautas podem fazer denúncias e ajudar a complementar o trabalho: “Não consideramos o mapa ‘fechado’. Ele pertence a todos os interessados na construção de uma sociedade socialmente justa e ambientalmente sustentável, e é o momento inicial

RADIS ADVERTE

☑ **Sexo (seguro!) faz bem para a saúde**
e também

- ☑ **alimentação saudável**
- ☑ **exercício físico**
- ☑ **sal controlado**
- ☑ **pouca gordura**
- ☑ **caminhadas**
- ☑ **lazer**
- ☑ **diversão**

quem ouve o ministro falar assim, acaba achando que só praticar sexo é suficiente para controlar a pressão. E a alimentação saudável, a redução do sal, os exercícios físicos, de que tanto ouvimos falar? E a recomendação de se praticar sexo seguro? Estranhando o ministro ter se esquecido de tudo isso, resolveu ler as reportagens com mais atenção e viu que a fala de Temporão tinha sido muito maior! “As pessoas têm que se mexer. A pelada do fim de semana não deve ser a única atividade. Os adultos devem praticar exercícios, caminhar, dançar, comer frutas, fazer sexo seguro” – foram as palavras de Temporão. A mídia havia recortado aquilo que chamava mais atenção. Inocência Foca ficou pensando por que, para conseguir uma boa manchete, os jornais corriam o risco de prestar um desserviço à população. Afinal, ele sempre pensou que a imprensa estivesse aí para informar.

CONAE FORA DA MÍDIA – Apesar de sua importância, pelos debates ali travados e por reunir com grande representatividade setores importantes

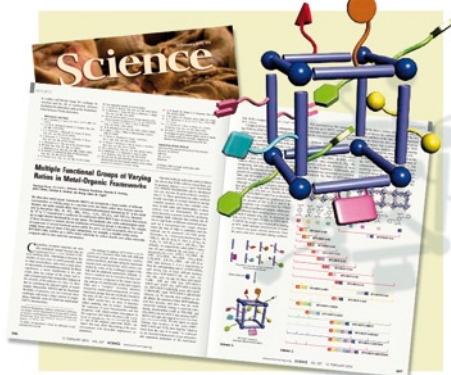
da sociedade civil, do campo educacional e do poder público, em debate inédito, a Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada de 28/3 a 1º/4 (ver matéria na pág. 16) passou ao largo das páginas dos jornais e revistas. O comportamento geral da mídia em relação à conferência pode ser ilustrado pelo texto publicado (7/4) no site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CNTEE), pela assessora de imprensa da organização, Daniele Moraes, e pela carta enviada à Folha de São Paulo (5/4) pelo professor emérito da Unicamp Dermeval Saviani, um dos palestrantes da abertura do evento. “A semana que passou foi palco de um dos principais acontecimentos da educação brasileira: a Conferência Nacional de Educação. (...) Acompanhei como assinante a *Folha* para ver o que seria publicado sobre o assunto. A Conae se encerrou e nada encontrei. Como explicar essa omissão da mídia diante de algo que ela mesma proclama como de transcendental importância?”, diz um trecho da carta de Saviani. “Seria cômico,

se não fosse lamentável, observar e constatar o deliberado desinteresse da grande mídia nacional em relação à realização da primeira e histórica Conferência Nacional de Educação (...)”, escreveu Daniele Moraes. Em seu texto, ela relata ainda como os jornais *Valor* e *Estado de São Paulo*, em rara menção à conferência, teriam publicado informações equivocadas, relativas a uma suposta aprovação, no evento, da proposta de criação de uma agência reguladora para o setor educacional e criticado os resultados da Conae, como sendo baseados no “dirigismo estatal” e na “supressão da liberdade de iniciativa do setor”. Flagra-se, nas palavras de Daniele, um “comprometimento ideológico da imprensa brasileira voltado exclusivamente aos interesses privados”.

CORREÇÃO – Por erro de digitação, *Radis* publicou na edição 93, página 10 (*A reforma de Obama*), que famílias americanas com renda anual de até US\$ 140 mil vivem abaixo da linha da pobreza. O correto, sem o zero a mais, é até US\$ 14 mil.

de um novo espaço para denúncias, para o monitoramento de políticas públicas e, ainda, de desafio para que o Estado, em seus diversos níveis, responda às necessidades da cidadania”, explicou ao site da agência Fapesp (5/5) o coordenador geral do projeto, Marcelo Firpo Porto. O mapa pode ser acessado em www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br.

PESQUISADOR BRASILEIRO NA SCIENCE




O estudante de graduação Ricardo Ferreira, 21 anos, tornou-se o único brasileiro, até o momento, a assinar um artigo publicado na revista americana *Science*. Ricardo, que está há três meses nos Estados Unidos, foi coautor de um trabalho sobre a criação de uma nova estrutura – cristais conhecidos

como esponjas – que absorve CO₂, “técnica de engenharia que é uma das promessas no combate ao aquecimento global”, informou a *Folha de S. Paulo* (18/4). O jovem pesquisador, filho de um ferramenteiro e de uma dona de casa, participou do programa de iniciação científica do curso de Química da Unicamp, quando foi selecionado para intercâmbio conseguiu intercâmbio na Califórnia e viajou para os EUA, sem nunca ter saído do Estado de São Paulo, até então. Ricardo trabalhou com Omar Yaghi, um dos maiores especialistas do mundo em química dos materiais, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Ele contou ao jornal que “a migração de cientistas de países pobres” para os EUA e Europa era evidente no seu laboratório: “Havia vários indianos, chineses, mas poucos americanos”. Ele disse ainda que se preocupa com a atração que as universidades do exterior exercem sobre as melhores mentes brasileiras, mas que não é contra incentivar essa experiência.

INDICADORES DE VIOLÊNCIA

A socióloga e pesquisadora do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) Suely Deslandes criou, em 2007, método participativo para avaliar a atuação dos municípios brasileiros

no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Suely passou dois anos consultando especialistas no mundo todo, e criou 41 indicadores que avaliam como o município lida com prevenção da violência, atendimento às vítimas, notificação e registro de casos, como se dá a responsabilização dos gestores e que papel têm os conselhos tutelares. Os indicadores foram testados no município do Rio de Janeiro, em 2009, a partir de parceria com as secretarias de Assistência Social e de Saúde. “Os dados coletados serão analisados até o fim deste ano”, informou Suely à *Radis*. Outro acordo, com o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, possibilitará capacitar redes municipais na avaliação da violência sexual contra crianças e adolescentes. “Começaremos a capacitar duas redes municipais, para fazer a própria avaliação”, explicou. Os municípios que quiserem saber mais sobre os indicadores podem entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail desland@iff.fiocruz.br. 

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

7º ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO



Sertão, lugar bom de se viver

Rede de mil organizações da sociedade civil leva à frente nova forma de convivência com região marcada pelo estigma da seca e por modelo conservador do agronegócio

FOTOS: ROGÉRIO LANNES

Adriano De Lavor

Seu doutô os nordestino têm muita gratidão/ Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão/ Mas doutô uma esmola a um homem que é são/ Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão.

(VOZES DA SECA — LUIZ GONZAGA E ZÉ DANTAS)

Quando Luiz Gonzaga e Zé Dantas escreveram *Vozes da seca*, em 1953, o Nordeste brasileiro enfrentava um dos mais terríveis períodos de estiagem de sua história. Enquanto o governo de Getúlio Vargas decretava ajuda emergencial para os sertanejos, o baião já sinalizava uma postura diferente do conformismo passivo que legitimou as ações assistencialistas contra a seca durante décadas.

Mais de meio século depois, no 7º Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (EnconASA), integrantes da rede formada por cerca de mil organizações da sociedade civil, reuniram-se, entre 22 e 26 de março, na cidade de Juazeiro (BA), para defender um novo tipo de convivência com a região, cujo maior problema “não é a seca, mas a cerca”. (ver matéria na página 12).

No centro geográfico do semiárido, eles defenderam proposta com foco na vida humana, na cidadania e na sustentabilidade, contrária ao modelo “hegemônico e conservador” representado pelas grandes obras da fruticultura irrigada e do agronegócio, que traz consigo “a expulsão das pessoas de suas terras, a prostituição, a exclusão social e a degradação ambiental”, aponta a Carta Política do encontro. O documento cobra políticas públicas de acesso à água e à terra; a biodiversidade da região; a auto-organização e o direito das mulheres; a economia solidária; a educação contextualizada e a segurança alimentar e nutricional.

Maior espaço político da articulação, o EnconASA, cujo tema em 2010 foi ASA — 10 anos construindo futuro e cidadania no semiárido, objetivou avaliar e fortalecer suas políticas e programas — *Um Milhão de Cisternas (P1MC)* e *Uma Terra Duas Águas (P1+2)* —, trocar experiências e pensar coletivamente um projeto de desenvolvimento sustentável para o semiárido com bases nos princípios agroecológicos, na economia solidária, na educação contextualizada e na valorização cultural. O P1MC, lançado há 10 anos, já construiu mais de 300 mil cisternas de cimento, cada uma com capacidade para captar 16 mil litros de água da

chuva, suficientes para uma família beber e cozinhar durante 10 meses (ver entrevista na pág. 11).

Não foi à toa a lembrança de Luiz Gonzaga na abertura do evento, no auditório da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf). Às margens do maior rio da região Nordeste, no ponto em que une os estados da Bahia e de Pernambuco, representantes de comunidades rurais, quilombolas, indígenas, ONGs, cooperativas, sindicatos, federações e pastorais se empolgaram com a execução de *Petrolina Juzeiro*, música em que ele declara seu amor pelas duas cidades: “Eu gosto de Juazeiro, e adoro Petrolina...”

Antes da apresentação de cada delegação estadual — a maioria delas ao som de mais uma melodia do Velho Lua —, a agricultora Delzuíta Ferreira, do município de Remanso (BA), rela-



tou como era difícil a vida na região antes da chegada das cisternas: andar quilômetros em busca de água, com uma lata na cabeça, todos dias. Seu Joaquim Rocha, de Casa Nova (BA), lembrou quanta água carregou para os ricos para “defender o pirão e poder estudar”. Hoje, defende o acesso à terra e à água para manter os jovens na região. “O homem e a mulher do campo sem terra são um homem e uma mulher sem vida”.

Música e palavras de ordem deram o tom da apresentação dos estados. Paraibanos criticaram transgênicos, agrotóxicos e latifúndios; alagoanos mostraram as agruras da vida da mulher na roça: “Pele queimada, cabelo seco, mão grossa”. Os discursos que se seguiram reafirmaram parcerias institucionais com a ASA e suas propostas: melhoria de vida para crianças e adolescentes, críticas ao modelo de desenvolvimento implementado “de cima para baixo”, defesa da educação contextualizada para o semiárido.

NOVO OLHAR

Naidison Baptista, coordenador nacional da ASA, lembrou o quanto eram considerados loucos, há 10 anos, quando lançaram o P1MC, e já defendiam outra imagem para o semiárido, não estereotipada, sem carcaças de animais mortos pelo chão seco. Igor Arsky, representante do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), um dos financiadores dos projetos para a região, reafirmou compromisso com a ASA e destacou o trabalho de agricultores, pedreiros e articuladores, “pessoas que estão fazendo história”, construção sem comparativos em outras áreas do governo. “O semiárido é capaz de produzir conhecimento e ser dono de sua história”, insistiu Naidison.

No penúltimo dia do encontro, ASA e MDS renovaram parceria na plenária *Relação Estado e Sociedade Civil na Construção de Políticas Públicas*, quando o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, anunciou a liberação de R\$ 60 milhões para a construção de mais 30 mil cisternas. Também a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) informou a liberação de parte dos R\$ 3 milhões acertados com a ASA, e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do governo da Bahia anunciou a construção de mais 18 mil cisternas.

O evento também discutiu temas específicos. No segundo dia, os modelos de desenvolvimento em contextos de crise entraram na pauta. Após a

divertida apresentação de *O princípio de tudo*, peça onde o grupo teatral Carranca narrou a origem das relações econômicas no mundo capitalista, Roberto Marinho, da Secretaria Nacional de Economia Popular Solidária do



Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), definiu a atual crise como “ideológica”, indicando a importância de um debate político neste período que antecede as eleições. Roberto Malvezzi, o Gogó, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (ver entrevista na pág. 14) criticou a apropriação das lutas da ASA pelo modelo de desenvolvimento vigente, “na manutenção do poder” e destacou a relevância de agricultores se apropriarem do debate. Ele alertou: “Saber produzir comida é uma cultura. Se isso se extingue, não teremos soberania alimentar”.

INTERCÂMBIOS E SABORES

Além das plenárias e debates, o 7º EnconASA promoveu diferentes oportunidades de intercâmbio para os 3 mil participantes do encontro. O almoço diário no campus da Univasf, a feira *Sabores e Saberes* — onde as delegações estaduais apresentaram seus produtos e se confraternizaram em noites embaladas com forró e outros ritmos, além de outras atividades que promoveram reflexão dos temas que guiaram oficinas e visitas de intercâmbio.

Uma delas foi a *Caminhada por um semiárido justo e com desenvolvimento sustentável*, que reuniu cerca de 3 mil pessoas pelas ruas da cidade e foi

encerrada na orla do rio São Francisco. Em pleno *Dia Mundial da Água* (23/3), manifestantes criticaram, com faixas e palavras de ordem, ações que vão de encontro às propostas da articulação, como a transposição do *Velho Chico*, a falta de efetividade de projetos como o *Luz para todos* e os processos de criminalização dos movimentos sociais.

No dia seguinte, 14 visitas de intercâmbio apresentaram projetos do semiárido, divididos em sete temas, depois aprofundados em oficinas: acesso à terra; acesso à água; educação contextualizada; economia solidária; auto-organização e direito das mulheres; agrobiodiversidade; e segurança alimentar e nutricional.

CAMINHO INVERSO

Radis acompanhou a visita ao Vale do Salitre, onde agricultores lutam para recuperar a região dos efeitos da monocultura. Até a década de 1970, o rio Salitre, afluente do São Francisco, corria o ano todo, abastecendo Juazeiro com frutas, legumes e verduras, produzidos com pequenas irrigações que respeitavam a mata ciliar. A chegada dos grandes produtores, a partir de 1980, trouxe monoculturas de melão, cebola e tomate, que tomaram as margens do rio. A irrigação ali realizada, com potentes motores, interrompeu o fluxo do Salitre e modificou a vida dos habitantes tradicionais.

Como estratégia de sobrevivência, salitreiros que não migraram investiram em monoculturas, desmatando margens e favorecendo o assoreamento e a poluição, com o uso de agrotóxicos e adubos químicos. Em 1987, nasceu a Associação Comunitária dos Lavradores do Recanto Santa Terezinha e Bebida (Asclarec), cuja luta era assegurar água e melhorar a qualidade de vida da população.

Em muitos momentos, a situação ficou tensa entre moradores e produtores, registrando-se inclusive mortes



Caminhada reuniu 3 mil pessoas por um semiárido mais justo e sustentável

na região. A saída foi a construção de nove barragens contínuas, no leito seco do Salitre, para bombear a água do São Francisco. “O rio passou a correr ao contrário”, conta Érica Daiane, jornalista da Rede de Educomunicadores Populares do Submédio São Francisco. A solução *paliativa*, conta Érica, causou impactos ambientais sérios. Na região alta do rio, há sempre água; na média e na baixa, só se chover. A maior parte das famílias, nos mais de 30 povoados, sobrevive de bolsas do governo e de aposentadorias.

Ela critica o *Projeto Salitre* — parceria do governo e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) —, obra voltada para o agronegócio, com investimentos de R\$ 325 milhões, numa área de 34 mil hectares. “Pequenos produtores do Vale do Salitre não foram contemplados pelo edital de seleção dos lotes e agora aguardam uma área específica para assentar 255 produtores”, diz, lembrando que o edital exigia escolaridade, experiência comprovada e recursos financeiros, “uma contradição para os agricultores locais”.

SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR



Foi neste contexto que a associação criou, com a ajuda de uma cisterna, uma roça comunitária, que permite pequenos plantios e criação de animais de pequeno porte. A água para beber é garantida pelas cisternas de água da chuva. Há 13 anos, Minéia Clara dos Santos, agente comunitária de Saúde, atende 90 famílias na região. Há pouco, trocou sua bicicleta por uma moto, que a leva às visitas da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Minéia diz que, com a chegada das cisternas, diminuíram os índices de diarreia e as verminoses. Mas ainda é preciso alertar para o tratamento da água: “Muita gente acha que é só colher água da chuva e usar”, diz a agente, que distribui hipoclorito entre as famílias e



Rio São Francisco: transposição não leva em conta as populações mais vulneráveis

as orienta para manter seus telhados limpos. No cotidiano, ela também fica atenta ao uso indevido de agrotóxicos. Como as embalagens dificilmente são recolhidas, acabam armazenando outros produtos, incluindo-se água e leite. Ela considera que ainda há pouco incentivo financeiro, assistência técnica e, principalmente, formação política para que salitreiros mudem suas práticas e passem a acreditar na permanência na região.

Leonice Rocha da Silva, líder comunitária da região, concorda que as cisternas trouxeram ganhos para a saúde da população. Ela lembra a mudança na rotina das mulheres, de lata d’água na cabeça, que podem se dedicar melhor à família. A mesa de guloseimas que preparou para receber os convidados da ASA também expressa a mudança: sucos e frutas à vontade, café e bolo de puba (massa extraída da mandioca fermentada) são somente aperitivo para uma farta buchada de bode servida no almoço dos visitantes. Tudo produzido no local. Apesar das mudanças, Leonice reforça uma preocupação: “Nosso rio está morto em Juazeiro, agonizando por aqui, sobrevivendo com o sangue de outro”. Além disso, faltam escolas contextualizadas, as crianças são estimuladas a buscar trabalho nas cidades.

TRANSPOSIÇÃO NÃO É SOLUÇÃO

Apontada como a solução para os problemas de muitas comunidades como a do Salitre, a transposição do rio São Francisco não é bem vista pelos ativistas da ASA. Naidison Baptista informa que pesquisas da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre mananciais de abastecimento das médias cidades comprovam que a obra é desnecessária. Para ele, a questão é de desconcentração. “Se querem falar de abastecimento, deveriam distribuir a água que está concentrada com poucos”. Para isso, diz, seria necessário “deixar de conce-

ber a água como mercadoria”.

Ele acredita que a transposição reforça o caráter mercadológico da água. “Precisamos de adutoras das mais variadas, é um processo que não invade as propriedades, que não depende da natureza, que não faz a destruição”. O que o semiárido precisa é de uma estrutura adequada de armazenamento de água. As cisternas calçadão, assinala, são uma estrutura difusa de armazenamento da água, a serviço da população. Ficam na parte inferior dos terrenos e captam até 56 mil litros de água da chuva.

Ele reforça que a transposição é mais uma megaobra, no estilo das que combatiam a seca, que vai beneficiar apenas processos produtivos de grandes indústrias. “Os mais pobres não verão a cor da água, a não ser em algumas cidades pela qual ela vai passar”. Roberto Malvezzi concorda. Segundo ele, gente do próprio governo reconhece que a transposição não faz a distribuição da água. Para o ativista da Pastoral da Terra, a obra tem finalidade econômica e não leva em consideração populações mais vulneráveis, seja do meio urbano, seja do meio rural. Além disso, lembra o impacto ambiental, ainda não avaliado. “Não sabemos o que vai acontecer quando essa água se misturar à água de chuva que corre lá”. Além disso, avalia, haverá impacto nos territórios indígenas.

Roberto critica a postura do deputado federal Ciro Gomes (PSB-CE), quando diz que a obra não prejudica ninguém. Hoje, existe uma série de nações indígenas em protesto contra a transposição, porque vai afetar diretamente seus territórios. Cita o caso dos trukás, que vivem na Ilha Assunção, no meio do rio, dos Pipipãs, que habitam a reserva biológica da Serra Negra, em Pernambuco, e dos pequenos agricultores que estão sendo removidos, na Paraíba. “Se está havendo resistência, é porque o pessoal está sendo movido sem indenização”.

Entrevista: Naidison de Quintela Baptista

Cidadania e auto-estima no sertão

Coordenador nacional da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), o teólogo Naidison de Quintela Baptista defende que uma melhor convivência com a região garante melhoria na qualidade de vida da população. Baiano de Salvador, o ativista do Movimento de Organização Comunitária (MOC), com formação na Universidade Católica de Salvador, Universidade Gregoriana de Roma e Instituto Litúrgico de Trier, na Alemanha, fala do projeto de construir 1 milhão de cisternas no Nordeste.

Como funciona a Articulação do Semiárido Brasileiro?

A ASA é uma articulação de organizações (sindicatos, ambientalistas, grupos comunitários, de base e de igreja) que trabalham para construir a viabilidade do semiárido e uma imagem da região que seja digna de seu povo. É uma colcha de retalhos, presente em vários estados e que atende à realidade de cada um. Na Paraíba, por exemplo, há grupos que trabalham com sementes nativas, outros que desenvolvem fundos solidários rotativos; na Bahia, há trabalhos com educação contextualizada. Em cada estado, ela tem uma coordenação eleita, e, em nível nacional, uma coordenação executiva.

Como foram eleitos os delegados para o EnconASA?

Os delegados foram escolhidos a partir de alguns critérios: a área de semiárido que ocupam e o elemento populacional. A Bahia é a maior delegação, porque é o estado que tem a maior extensão de área de semiárido, e a que tem maior população vivendo nele. São 350 vagas para os delegados e agricultores familiares, divididas proporcionalmente entre os estados.

Quais os projetos da ASA?

AASA nacional tem hoje dois grandes projetos. O primeiro é o Programa de Mobilização e Informação para Convivência no Semiárido, popularmente conhecido como P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas), lançado há 10 anos. Hoje, registramos no nosso site (www.asabrasil.org.br) cerca de 288 mil cisternas, mas avaliamos que elas chegam a 340 mil — há outras, financiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que seguem a nossa mesma metodologia. O objetivo é formar e aprofundar a



formação das pessoas para um processo de convivência com o semiárido, onde as cisternas são o elemento aglutinador. Hoje já se se analisa que precisaríamos de 1 milhão e 250 mil cisternas, embora não sejam computadas muitas cisternas que os estados ou as organizações construíram.

Como funcionam as cisternas?

São reservatórios de cimento, cada um com capacidade para captar 16 mil litros, suficientes para uma família beber e cozinhar durante 10 meses. Isso garante que a família tenha sempre consigo acesso a água de qualidade, o que preserva sua saúde. Cada construção requer envolvimento da comunidade, na qualificação das pessoas para o uso dessas cisternas.

Quem financia as cisternas?

O financiamento vem de várias fontes: a mais importante é do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social, que já liberou cerca de R\$ 500 milhões. Mas há outras, como bancos e sindicatos, além da cooperação internacional, como a loteria do Reino Unido. Também temos algo que prezamos muito, que são as doações, que podem vir de uma escola de São Paulo — onde as crianças de lá querem conhecer as daqui — ou de pessoas da Europa que vêm ajudar a construir. Há um processo muito rico ao redor da cisterna. Inicialmente as pessoas se comprometiam a devolver parte do recurso para um fundo solidário, para que outras pessoas também pudessem ter cisternas. Isso foi proibido pelo Tribunal de Contas, com os recursos da União, então só fazemos com outros recursos. As pessoas são, por natureza, solidárias.

E o outro projeto?

É o P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas). Para viver no semiárido o sujeito precisa de terra. Para que seja viável, ela precisa de água. À luz da experiência do P1MC, o programa fornece dois tipos de água — uma, para beber e cozinhar, e outra pra produzir. Nós temos um conjunto muito grande de tecnologias, todas oriundas de práticas comunitárias, que visam à captação das águas das chuvas para a produção.

Como funciona?

Trabalhamos muito com a cisterna calçadão, que é semelhante a do P1MC, mas que fica na parte inferior do terreno, no quintal. A água que passa pelo telhado e escorre durante a chuva é captada ali — são 52 ou 56 mil litros, o que é suficiente para pequenos animais (cabras, galinhas, porcos) e para a irrigação de pequenas hortas e pomares. Dá autonomia e segurança alimentar para as pessoas. Mas há outras tecnologias, como a bomba popular, um equipamento muito simples, que puxa água de poços que foram instalados para a população, mas como a vazão era pequena, foram tamponados. Nós identificamos os poços, destampamos e instalamos a bomba, que abastece 50, 60 pessoas. Temos ainda os tanques de pedra, as cisternas de enxurrada, e ainda as barragens subterrâneas, que represam a água debaixo do chão e que garantem abastecimento durante um, dois anos sem chover. Temos mais de duas centenas de pequenas tecnologias que fazem parte da resistência da população e da adaptação ao clima do semiárido.



Qual a relação da ASA com religiões e outros movimentos sociais?

A ASA preza por sua autonomia. O único elemento diferenciador é a busca da convivência com o semiárido. Quem está lutando para isso é bem vindo. Respeitamos, mas não vamos colocar a ASA a serviço de nenhum grupo, seja o MST ou alguma igreja. Lutamos com o MST pelo acesso à terra e respeitamos as pessoas que são católicas, evangélicas, o que forem. Aqui nós temos uma mística, no início dos trabalhos, para ajudar as pessoas a se concentrarem e a refletirem sobre a temática, mas elas não têm nenhum cunho religioso confessional, para que todos se sintam à vontade. (A.D.L.)

"O problema do semiárido não é a seca, é a cerca"

Os termos *semiárido*, *sertão* e *caatinga* estão de tal modo interligados que acabam gerando interseções conceituais. No site do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), a região do semiárido é descrita como "cenário geográfico onde ocorrem as secas", e abrange Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, além do Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais, e parte da região norte do Espírito Santo.

Também chamada "não tecnicamente" de sertão, a área tem regime de chuvas irregular (entre 400 e 800 milímetros anuais), seus solos são rasos e a vegetação é xerófila, resistente aos períodos de estiagem. A partir das condições de solo e água, a região é classificada em zonas: caatinga, seridó, carrasco e agreste, informa o INSA.

O etnoecólogo baiano Juracy Marques, coordenador do mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), explica de outra maneira: ele inclui na "zona semiárida brasileira" o estado do Maranhão, descarta o norte capixaba e a considera cenário do bioma caatinga, área que ocupa 70% do território nordestino (13% do país) e abriga 63% da sua população (18% da população nacional) — cerca de 28 milhões de pessoas.

Autor de diversos livros sobre a temática, Juracy esclarece que os termos

são indissociáveis, frequentemente usados como sinônimos do mesmo espaço geográfico. Mesmo assim, explica que a palavra *sertão*, com origem no verbo latino *ser/sero*, que quer dizer *ligar com fio, tecer, juntar, atar, engajar, encadear*, definiria a área não cultivada, mais seca, com poucos recursos, afastada das cidades; semiárido seria o clima que predomina no sertão.

No site do INSA há a informação de que a caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro, que tem este nome graças a sua aparência durante a seca, quando as folhas caem e os troncos aparecem esbranquiçados. O termo, de origem tupi, significa *mata branca*, uma combinação dos elementos *ca'a* (floresta), *tí* (branco) e o sufixo *ngá* (que lembra).

VÍTIMA DO DESENVOLVIMENTO

A Articulação no Semiárido reconhece a importância da caatinga, onde são encontrados cerca de 900 tipos de animais e uma quantidade muito variada de plantas e árvores. "Apesar da aparência seca, é um terreno fértil, com árvores resistentes, que armazenam água para a própria sobrevivência, como o umbu, o mandacaru e várias outras", diz Naidison Baptista, coordenador nacional da ASA. "Uma das coisas que a gente preza muito é a preservação da caatinga", destaca, lembrando que o bioma vem sendo devastado por grandes projetos. "Nos últimos três anos, mais de 16 mil

quilômetros quadrados do semiárido foram devastados pela agropecuária extensiva e pela produção de carvão para siderúrgicas", denuncia.

Naidison considera que o semiárido "é uma vítima secular desse processo de desenvolvimento", que tem de um lado os grandes latifúndios e, de outro, parcelas minúsculas de terras para agricultores. Estudos científicos demonstram que o ideal é que cada criador de animais da região tivesse à disposição 200 hectares de terra. Hoje, as propriedades chegam a 4 hectares, quando muito.

"É um processo predatório, de extrema concentração de terra e de extrema concentração de miséria", diz Naidison. Uma estratégia útil de manutenção do coronelismo, do poder político das mesmas famílias, dos mesmos grupos hegemônicos e econômicos, "que se servem da pobreza, da miséria das pessoas para enriquecer".

Um modelo de desenvolvimento que se apoia no carro-pipa, nas frentes de trabalho. Desempregados no período das secas, os agricultores são recrutados para escavar açudes nas propriedades dos fazendeiros, que depois são cercados, impedindo as pessoas até de beber a água. "O problema do semiárido não é a seca; é a cerca, que cerca a terra e a água".

EXPORTAÇÃO E EXPLORAÇÃO

Outros problemas detectados por ele são projetos de criação de animais não nativos da caatinga, inadequados à região, e os grandes processos de irrigação que acompanham a instalação das indústrias de produção para a exportação (de vinho, melão ou manga), que além de trazer consigo agrotóxicos e transgênicos, faz com que as pessoas deixem sua terra e se transformem em operários nas indústrias. O coordenador da ASA aponta que este é um novo processo de exploração "despistada".

Ele aposta no fim deste processo: "Nós temos inúmeros casos das pessoas se manifestando com liberdade". Ele narra a história de um agricultor, de Feira de Santana (BA), que se considerava "acorrentado". Para garantir água para a mulher e os filhos, tinha que votar em determinadas pessoas. "Hoje eu posso votar em quem eu quiser", teria dito depois de garantir sua cisterna.

Outro exemplo simbólico dessa autonomia seria a mudança na rotina



Com as cisternas, água ao alcance de todos a custo baixo e mudanças na rotina da população



Pequenas hortas e pomares foram criados graças à água captada



das mulheres. Muitas delas caminhavam diariamente até 20 quilômetros, carregando 20 litros de água. Hoje, podem estudar, produzir. “São transformações profundas, a partir de um elemento simples, que custa hoje R\$ 1.800,00”, assegura Naidison.

INDÚSTRIA DA SECA

Todo este contexto garantiu a associação, quase imediata, da região Nordeste às imagens da seca, da pobreza e da fome. Com exceção da faixa litorânea, onde se situa a maioria das capitais e os balneários e *resorts* que recebem turistas de todo o mundo, o interior ainda é, para a maioria das pessoas, sinônimo dos versos escritos por Luiz Gonzaga (1912-1989) e Humberto Teixeira (1915-1979) para *Asa Branca* (1947): “Que braseiro, que fornaia; nem um pé de *prantação*. Por falta d’água, perdi meu gado, morreu de sede meu alazão”.

Não foi somente o Rei do Baiano que registrou a direta associação do sertão com precárias condições de vida e êxodo rural. Também a literatura praticada na região no século 20 reforçou o estereótipo do retirante, fugindo do solo árido e estéril para o Sudeste, em busca de trabalho. São obras que se tornaram clássicos nacionais, como *Vidas Secas* (1938), do alagoano Graciliano Ramos (1892-1953), e *O Quinze* (1930), da cearense Raquel de Queiroz (1910-2003).

Segundo a pesquisadora Lúcia Gaspar, em artigo publicado no site da Fundação Joaquim Nabuco, as secas são conhecidas no Brasil desde o século 16. Ela aponta que o fenômeno ecológico também é político, na medida em que reflete “a manutenção de uma estrutura social profundamente concentradora e injusta”, onde o controle da propriedade da terra e do processo político está nas mãos das oligarquias locais. A

questão não se resume à falta de água, mas a sua má distribuição.

A prática, conhecida como indústria da seca, permite que grandes latifundiários nordestinos beneficiem-se de investimentos realizados e dos créditos bancários concedidos à região, enquanto os trabalhadores ficam vulneráveis. “A tragédia da seca encobre interesses escusos daqueles que têm influência política ou são economicamente poderosos, que procuram eternizar o problema e impedir que ações eficazes sejam adotadas”, sustenta.

Em 1951, a Lei 1.348 delimitou o Polígono das Secas, área de 950 mil quilômetros quadrados (52,7% do Nordeste), que vai desde o Piauí até o norte de Minas Gerais, onde o clima é semiárido e a vegetação é caatinga. As ações governamentais, no entanto, começaram no início do século 20, com a criação de uma inspetoria de obras – que mais tarde se transformaria no Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

A estratégia adotada foi a construção de estradas, barragens, açudes e poços, de maneira a dar apoio para que a agricultura suportasse os períodos de seca. Em 1945, o governo fundou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e, em 1948, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), hoje denominada Companhia de Desen-

volvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Em 1952, nascia o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Os organismos tinham como objetivos estimular o desenvolvimento da economia nordestina e diminuir a disparidade em relação ao Centro-Sul do país.

O que se viu mais comumente, no entanto, foram as ações emergenciais, como distribuição de cestas básicas e a instituição de frentes de trabalho, criadas para ocupar os desempregados durante o período das secas, dirigidas para a construção de estradas, açudes, pontes. “O Nordeste é viável”, sustenta Lúcia. Seus maiores problemas, diz, são provenientes mais da ação ou omissão dos homens e da concepção da sociedade que foi implantada, do que propriamente das secas de que é vítima.

Sua análise se aproxima da ideia imortalizada por Euclides da Cunha (1866-1909), no clássico *Os sertões* (1902), que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Para o escritor fluminense, que cobriu a Revolta de Canudos (1896-1897) para *O Estado de São Paulo*, é “um titã acobreado e potente”, que pode se tornar retirante por conta da seca, mas que retorna sempre ao sertão. (A.D.L.)



Para saber mais

- ♦ *Articulação no Semiárido Brasileiro*
www.asabrasil.org.br
- ♦ *Instituto Nacional do Semiárido*
www.insa.gov.br
- ♦ *Fundação Joaquim Nabuco*
www.fundaj.gov.br
- ♦ *Universidade do Estado da Bahia*
www.uneb.br
- ♦ *Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf)*
www.chesf.gov.br
- ♦ *Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)*
www.codevasf.gov.br
- ♦ *Banco do Nordeste*
www.bnb.gov.br
- ♦ *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)*
www.sudene.gov.br
- ♦ *Luiz Gonzaga*
www.luizluagonzaga.com.br

Entrevista: **Roberto Malvezzi**

Interesse da população compete com grandes projetos

Agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Roberto Malvezzi, o Gogó, é um articulador nato. Músico e escritor de artigos críticos sobre as questões de interesse do semiárido, ele foi uma das vozes mais ouvidas no 7º EnconASA, conduzindo discussões ou animando os participantes com seu violão. Formado pela Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena (SP), e pelo Instituto Teológico São Paulo (Itesp), Gogó conversou com a *Radis* sobre os impactos das cisternas na região e teceu críticas à polêmica transposição do Rio São Francisco.

Qual o real impacto das cisternas na vida do semiárido?

Alguns impactos podem ser medidos diretamente. As famílias que recebem a cisterna têm água de qualidade para beber. Grande parte da nossa população rural não tinha. São 340 mil famílias com água potável e, como em média as famílias nordestinas têm cinco pessoas, pode-se dizer que afeta 1,5 milhão de pessoas. Isso tem um impacto imediato na saúde, sobretudo na das crianças e dos idosos.

E traz alívio para quem tinha que buscar água todos os dias.

Além disso...

Promove uma certa liberdade política, na dependência da água dos coronéis e dos carros-pipa. Indiretamente, a cisterna abre uma porta para se entender que é possível conviver com o semiárido. Entender que aqui chove, que você pode aproveitar essa água para beber, para produzir, para usar com os animais e criar outras tecnologias. Em um horizonte mais vasto, é possível visibilizar que no semiárido é possível se viver, como em qualquer outra região do mundo.

Além da garantia de água, que outros elementos precisam ser trabalhados para se estabelecer esta convivência com a região?

A gente sempre fala da questão da terra. Doze milhões de pessoas, metade da população nordestina, moram no meio rural. Infelizmente, a terra é concentrada. As pessoas alegam que as famílias têm dificuldades para ter uma cisterna de produção, já que não têm espaço suficiente. A gente sempre luta por uma reforma agrária adequada ao semiárido. Aqui tem que ter terra e água, e terra em quantidade suficiente para produzir uma



pequena agricultura e criar pequenos animais, que é o forte da região.

E quanto à energia?

Na questão energética estamos tomando como base a experiência de agricultores da Alemanha e da Espanha. É essa nova tecnologia de captação de energia solar, que não armazena em bateria, mas capta, converte e vende para a rede. Os agricultores alemães estão ganhando muito dinheiro com energia solar. E lá tem pouco sol. Imagine aqui no Nordeste, com nove, dez horas de sol por dia. As famílias poderiam produzir energia e vender para o sistema elétrico nacional. Propomos neste EnconASA o surgimento de um novo grupo que possa promover a soberania energética. Também realizamos um trabalho de educação contextualizada, outra dimensão essencial, incluindo a cultura. Temos a convicção de que o nordestino gosta do sertão porque gosta de sua cultura, da festa, do forró, do São João.

Quais as resistências que o movimento enfrenta hoje?

Existe um partido histórico da chamada indústria da seca. Era a visão das grandes obras, com controle da população mais pobre, com necessidade de comida e de água, e todo um jogo político construído em cima da miséria popular. Isso ainda existe. Tem um passo à frente disso, que a gente chama de hidronegócio. É o uso intenso da água nordestina na produção irrigada ou na criação de camarão em cativeiro. Existe uma competição entre a água destinada à população e a destinada a esses grandes projetos. Nesse caso, a transposição do rio São Francisco é exemplar.

Por quê?

Ela não prioriza a pessoa, embora diga que vai saciar milhões de seres humanos. No próprio projeto está escrito que 70% da água transposta serão direcionados à produção na agroindústria; 26% irão para o meio urbano, que inclui a indústria, e só 4% para a população mais difusa, que é a mais necessitada de água. É um novo modo exemplar capitalista de usar a água, como bem de produção e mercadoria.

Qual a estratégia da ASA em relação à questão?

É viabilizar os seus projetos, mostrando que têm impacto positivo na vida das famílias. Desde 1993, não se ouve falar, aqui no Nordeste, em saques, em frentes de emergência, em grandes migrações, que eram comuns no século passado. Isso não é resultado de grandes obras. É resultado das políticas de captação de água da chuva e daquilo que construímos na Constituinte de 1988: a inclusão dos trabalhadores na Previdência Social, salários e aposentadoria. É também resultado de programas de governo, como o *Luz para Todos*. Quando chega a energia, chega um mundo que se estava privado de acessar. Quando chegou a energia elétrica em Campo Alegre de Lourdes (BA), por exemplo, o aparelho que mais se comprou não foi televisão, rádio ou som, mas o tanque de lavar roupas. O que isso significa na vida dessas mulheres? Li a notícia de que cerca de 400 mil pessoas teriam voltado de São Paulo para o Nordeste no ano passado. Se a região tem maior viabilidade, as pessoas migram se quiserem, não por necessidade.

Como os profissionais de saúde podem contribuir para este novo semiárido?

Pesquisas feitas pela área da Saúde ajudam a testar a qualidade da água das cisternas, a demonstrar a diminuição da mortalidade infantil no Nordeste e como faz diferença em relação à diminuição das doenças vinculadas à água. Tem ainda a questão da nutrição infantil, já que estamos manejando a segurança alimentar, através das cisternas de produção. São problemas sociais que se resolvem com providências anteriores, como a qualidade da água e a alimentação. Uma contribuição muito grande que ajuda a dar credibilidade científica ao nosso trabalho. (A.D.L.)



VIOLÊNCIA

Boa noite, Cinderela

Golpe é pouco notificado e de difícil caracterização

Katia Machado

Um dos golpes mais antigos do mundo, o *Boa noite, Cinderela*, que consiste em dopar a vítima com drogas, inseridas, em geral, em bebidas alcoólicas, para praticar danos como assalto ou estupro, foi tema do primeiro debate promovido pelo recém-criado Laboratório de Estudos de Gênero (LEG), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como explica a pesquisadora Anna Marina Barabá Pinheiro, coordenadora do LEG, o golpe é propiciado por um conjunto de drogas conhecidas como *rape-drugs*, ou drogas de violação, que causam efeito depressor no sistema nervoso central, principalmente, quando combinadas com o álcool. Os medicamentos são hipnóticos ou sedativos potentes, bastante nocivos à saúde, provocando sonolência excessiva e diminuição das atividades corticais. As vítimas são preferencialmente homossexuais masculinos e mulheres, com foco nas prostitutas.

O grande problema desse crime, tipificado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA) como tortura e conhecido em todo mundo, é que raramente consegue ser caracterizado e registrado em delegacias policiais, pois as pessoas atingidas sentem-se constrangidas e não se lembram do que lhes aconteceu. “Ou se lembram de maneira fragmentada”, como observou o sociólogo e professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Paulo Baía, que abriu a mesa *Boa noite Cinderela, sexualidades periféricas e novas formas de violência*. Paulo atendeu mais de 600 casos do golpe, quando esteve à frente da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, entre 2006 e 2007.

A expressão “sexualidades periféricas”, do título do evento, refere-se a fetiches sexuais e a desejos colocados em prática em proporções diferenciadas individualmente, “mas que nem sempre assumimos”, definiu Anna.

Segundo a coordenadora, a mesma expressão é usada na obra do filósofo Michel Foucault (1926-1984), para designar toda sexualidade externa a norma heterossexual.

De acordo com Paulo Baía, o espectro de vítimas do golpe é amplo. Além de homossexuais e prostitutas, outros grupos, também vulneráveis, são atacados. Ele conheceu casos de moradores de favelas que foram dopados pela própria polícia para que delatassem traficantes de drogas e de mulheres dopadas por seus maridos com a intenção de descobrir traições extracônjugais — a exemplo de Cleópatra, a rainha do Egito, que, segundo estudos,

juge como autor das agressões e 65% relatam que a frequência da violência é diária. “Nesse sentido, o debate sobre a violência contra a mulher torna-se cada vez mais imperioso”.

O número real de vítimas do golpe é desconhecido. “Há grande subnotificação”, confirmou Anna, em entrevista à *Radis*. Ela informou que, das 1.110 denúncias feitas ao Disque-Defesa Homossexual do Centro de Referência contra a Violência e Discriminação Homossexual (Cerconvidh) — órgão da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Consumidor do Rio de Janeiro, criado em dezembro de 2006 — 32,8% eram casos do golpe.

Especialistas concordam que o crime está bastante associado à solidão, e ao desejo de se encontrar companhia o mais rápido possível, o que torna as pessoas mais vulneráveis, seja qual for o sexo ou a orientação sexual. “À exceção de casos como os de policiais e moradores de favelas, o *Boa noite, Cinderela* normalmente pega a pessoa em situações em que está sozinha, numa noite de paquera, por exemplo”, confirmou Gabriela Leite, representante da Rede Brasileira de Prostitutas, também participante do debate. Ela chamou atenção para o preconceito com que muitas vezes a vítima é tratada. “Conheço amigas que foram questionadas, na Delegacia da Mulher, sobre o que faziam na rua tarde da noite, como se fossem culpadas pelo crime”, contou Gabriela, para quem toda sexualidade é periférica. “No que se refere a sexo, ainda precisamos fazer muitas coisas às escondidas”.

Autora de livro que tem como título o mesmo nome do golpe, *Boa Noite, Cinderela* (Zit Editora, 2006), Maria Teresa Moreira explicou que o crime é um tipo de violência silenciosa e inusitada. Ela revelou no debate que escreveu o livro, no qual apresenta relatos de homens homossexuais sobre a vergonha de terem caído no golpe, mexeu com suas cismas, medos e fantasias. “Falo dos que estavam à procura de alguém e acordam muitas vezes roubados ou violentados”, contou, emocionada. □

Crime está associado à solidão, que torna as pessoas mais vulneráveis

teria feito o mesmo com o imperador Marco Antonio. Além disso, a prática também é usada para fazer vítimas de sequestro relâmpago e se abusar sexualmente de mulheres e crianças, a exemplo de Roger Abdelmassih, 65 anos, um dos maiores especialistas da América Latina em fertilização *in vitro*. O médico fora acusado, em 2009, de estupro pelo menos 51 mulheres durante procedimentos clínicos em seu consultório em São Paulo.

PRECONCEITO

A médica e representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, frisou o quanto as mulheres são vítimas do *Boa Noite, Cinderela* e de outros atos de violência. Segundo a palestrante, com base nos dados da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), dos 269.977 atendimentos realizados em 2008, 94,1% dos registros de relatos de violência são casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, 63% trazem o cõn-

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE)

Um evento histórico

Poder público e sociedade civil definem em conjunto as propostas que nortearão um inédito Sistema Nacional Articulado de Educação e o plano decenal a vigorar de 2011 a 2020

Bruno Dominguez e Eliane Bardanachvili

Em defesa da criação de um Sistema Nacional Articulado de Educação, capaz de garantir o mesmo padrão de qualidade educacional a todo o país, realizou-se de 28 de março a 1º de abril a Conferência Nacional de Educação (Conae) — a primeira, desde a década de 1920, que sendo de iniciativa do poder público contemplou a representatividade e os anseios da sociedade civil, em especial, do campo educacional (ver pág. 17). O evento, independentemente das propostas aprovadas, recebeu a aclamação de educadores, parlamentares, pais, alunos e das instituições ali representadas, sendo considerado histórico por reunir público tão diversificado em torno da educação, primeiro dos direitos sociais listados na Constituição Federal.

Estavam representadas cerca de 80 entidades, entre órgãos do governo, conselhos, movimentos, articulações sociais, comunidades científicas, parlamentares, associações e federações, totalizando 3 mil pessoas. “A sociedade brasileira reconquistou espaço importante na área da educação com esta conferência”, analisou o professor Francisco das Chagas, secretário-executivo adjunto do Ministério da Educação e coordenador-geral da Conae. “Estamos construindo coletivamente as diretrizes para o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que vai vigorar de 2011 a 2020”, disse.

“Finalmente, realizamos esta conferência, com a qual tanto sonhamos. Espero que se indiquem aqui ações muito claras para os próximos governos.



Conae reuniu educadores, parlamentares, estudantes, pais e integrantes do governo

Façamos a revolução da educação, façamos um país justo, democrático, eficiente e ético”, conclamou o senador Cristovam Buarque (PDT), que fez uma visita à Conae, no segundo dia.

Dividida em seis eixos de discussão — 1. *Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional*; 2. *Qualidade na Educação, gestão democrática e avaliação*; 3. *Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar*; 4. *Formação e valorização dos trabalhadores em Educação*; 5. *Financiamento da Educação e controle social*; e 6. *Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade* — a conferência contou com 52 colóquios, nos quais os temas de cada eixo foram discutidos; seis plenárias, para apreciar as propostas por eixo; e 29 mesas de interesse, para apre-

sentação de projetos, além da plenária final, de onde saiu o documento da Conae, que ficará disponível no site <http://conae.mec.gov.br>.

Em quase todos os espaços da Conae, das plenárias aos corredores, buscavam-se resgatar artigos da Constituição referentes a educação e cidadania, que ao longo do tempo acabaram esquecidos ou mal cumpridos, como o artigo 206, em seu item I, segundo o qual o ensino será ministrado com base no princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Tratou-se também de enfatizar caminhos óbvios — que, igualmente, foram se perdendo — rumo à concretização das metas voltadas a uma educação de qualidade, tais como traçar objetivos realizáveis e definir meios de atingi-los.

“Não basta só ser oti-
mista, é preciso planejar e ter condições para levar adiante o que se planeja”, resumiu na mesa de abertura o deputado Carlos Augusto Abicalil (PT), membro da Comissão de Educação da Câmara e da comissão organizadora da conferência.

Também integrando a mesa e muito assediado pelos professores, o educador Dermeval Saviani, professor emérito da Unicamp e estudioso da legislação educacional, realçou que a proposta de se constituir um sistema nacional articulado de educação deverá levar a se repensar o conceito que se tem hoje de autonomia de estados, municípios e Distrito Federal. Saviani apontou para a “segmentação de responsabilidades” na educação, que vem desde 1834, e segundo a qual o ensino fundamental fica a cargo dos municípios, o ensino médio, dos estados, e o

ensino superior, basicamente, da União – também responsável por garantir e manter um padrão de qualidade.

SISTEMA E AUTONOMIA

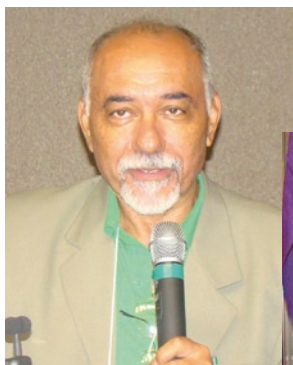
“A Constituição de 1988 tornou o Brasil uma república federativa por cooperação e alçou estados, Distrito Federal e municípios à condição de entes autônomos na organização da educação”, explicou Saviani. A forma de lidar com essa autonomia pode dificultar a desejada articulação. “Um sistema nacional é composto pela unidade na diversidade, garante a toda a população do país uma mesma educação. Quando cada ente federado organiza seu sistema, como vemos hoje, estamos transformando *diferença em desigualdade*”. Saviani deu um exemplo: sendo os municípios responsáveis pelo ensino fundamental, se são pobres, oferecem educação pobre; se são ricos, têm educação rica. “Da mesma forma, o gestor alega que não pode pagar o piso salarial do magistério, estabelecido por lei federal, e não paga”. O professor João Montevade, da Universidade Federal de Mato Grosso, palestrante na conferência, também exemplificou: “No Brasil, construiu-se um cenário perverso, de se terem 5 mil salários diferentes para os professores”.

Para Saviani, cada ente federado tem um papel a desempenhar em um sistema: “Os municípios, por exemplo, devem cuidar das condições físicas das escolas e zelar pela qualidade dos equipamentos, criar as condições para que a educação se dê”.

Uma comparação com o que já ocorre na Saúde, que constituiu seu sistema único, com o SUS, surgiu em vários momentos. Para Francisco das Chagas, esse foi um grande passo. Já Saviani observa que a referência ao SUS deve ser olhada com alguma restrição. “Se sugere um atendimento público da saúde para todos, na forma de sistema unificado, é preciso ter presente que atuam no SUS os convênios médicos, uma enorme privatização dos serviços de saúde. A educação vinha resistindo mais às pressões pela privatização que, hoje, avança no ensino superior. Devemos, sim, caminhar na direção da construção de um verdadeiro sistema nacional, mas sem abrir a educação para os convênios privados”.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Um princípio de articulação já vem se dando com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Governo Federal, conjunto de mais de 40 ações estratégicas que foi tema de um dos



Chagas comemorou construção coletiva do novo Plano Nacional de Educação



Saviani propôs repensar o conceito de autonomia de estados e municípios



Abicalil: planejar e ter condições de realizar

colóquios. De acordo com Mozart Neves Ramos, presidente-executivo do movimento Todos pela Educação, que reúne representantes de diversos setores em torno do alcance de metas de qualidade para a educação, a colaboração entre os entes federados avançou com o PDE. “O plano trouxe uma perspectiva, um norte dinâmico para a educação brasileira”.

Ele ressaltou o fato de o MEC destinar mais recursos aos municípios com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mais baixo. E indicou como desafios tornar o plano uma política de Estado mediante projeto de lei, já que atualmente se apoia em decretos, o que pode acarretar descontinuidade de ação. A importância do PDE está expressa no texto aprovado na Conae, por exemplo, na proposta 56, referendada na plenária do Eixo 2,

segundo a qual a instituição de planos como esse pode “contribuir para a implementação de políticas, programas e ações, indispensáveis à materialização do Plano Nacional de Educação”.

O Conselho Nacional de Educação foi debatido como peça chave na constituição do sistema e na implementação das mudanças apontadas na Conae. O colóquio *CNE e Fórum Nacional de Educação: Espaços de exercício do Estado Democrático de Direito* discutiu a atuação do conselho, que subsidia a formulação de diretrizes para a educação. De acordo com a presidente do CNE, Clélia Brandão Craveiro, assim como o Conselho Nacional de Saúde, o de Educação tem como grande atribuição o controle social. “É importante destacar a participação da comunidade, com representantes que têm legitimidade,

Encontro agregador, após um século

A Conae não foi a primeira conferência nacional de Educação realizada no país, mas teve uma particularidade: agregou pela primeira vez gestores e organizações representativas da comunidade educacional. Até então, eventos de iniciativa da sociedade civil ou do governo ocorriam paralelamente – “e mesmo contrapondo-se entre si”, como avalia o professor Demerval Saviani, da Unicamp.

Desde o Império previu-se a realização de conferências oficiais sobre o tema. No período da Primeira República, houve algumas iniciativas governamentais nesse sentido. A contraposição da sociedade teve início em 1927, quando a recém-criada (1924) Associação Brasileira de Educação organizou evento próprio, chamado de Conferência Nacional de Educação. Até 1967, foram 13 edições – as sétima,

oitava e nona receberam o nome de Congresso Brasileiro de Educação.

Por parte do governo, em 1937, antes da decretação do Estado Novo, uma lei instituiu a Conferência Nacional de Educação de iniciativa do Ministério da Educação. Na prática, apenas uma – em 1941 – seguiu a norma. Durante a ditadura militar, decreto estabeleceu a realização anual do evento, convocado pelo governo. Houve uma série de quatro, entre 1965 e 1969. O quinto acabou “cassado”, dando lugar a encontros dos secretários de Educação com o ministro.

Entre 1980 e 1991, entidades educacionais de caráter não sindical realizaram seis edições da Conferência Brasileira de Educação. No período de 1996 a 2004, coube a entidades sindicais cinco edições de um evento que reunisse o setor, o Congresso Nacional de Educação.

Claudia lembrou que contrariar a educação inclusiva é contrariar a Constituição



Clélia defendeu mais autonomia para o Conselho Nacional de Educação



Mozart: é preciso ver de quanto a educação precisa, e não destinar-lhe o que sobra



Callegari: aumento de demanda política por educação de qualidade

expressa pela liderança, compromisso e diálogo, e operacionalizada pelo cumprimento das atribuições normativa, mobilizadora e reguladora”.

De acordo com Clélia, o que se busca agora é maior autonomia, reafirmando a natureza do conselho como órgão de Estado. “A estrutura do CNE o situa na dependência direta do Executivo: mantêm-se com recursos e quadro de pessoal do MEC. Essa carência pode comprometer a autonomia plena”. Nesse sentido, a proposta 39 do documento da Conae busca fazer do CNE órgão normativo e de coordenação do Sistema Nacional de Educação, dispondo de autonomia administrativa e financeira e se articulando com os poderes Legislativo e Executivo, com a comunidade educacional e as organizações da sociedade civil.

CUSTO ALUNO-QUALIDADE

O financiamento da educação, como condição para que se atinjam os desejados patamares de qualidade, foi tema do Eixo 5, no qual seguiu-se, mais uma vez, a lógica de resgatar e consolidar o óbvio: em educação, é preciso privilegiar todas as demandas, não escolher uma em detrimento de outra — o que acaba ocorrendo, quando os recursos são escassos. “Primeiro, é preciso ver de quanto a educação precisa, para depois verificarmos como prover. E não ver primeiro quanto custa a máquina pública, para destinar à educação apenas o que sobra”, apontou Mozart Ramos.

Essa lógica expressou-se na plenária do eixo e em uma das mesas de interesse mais concorridas, a que tratou do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). Elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma das instituições da sociedade civil organizadoras da Conae, o CAQi é um conjunto de indicadores que aponta quanto deve ser investido anualmente por aluno, na

educação básica, para que se tenha um padrão mínimo no que diz respeito a insumos como materiais didáticos, instalações, e também formação e remuneração dos profissionais.

“Chamamos de Custo Aluno inicial, porque o valor evolui com o tempo. O Brasil ampliou a oferta de educação básica, mas ao preço do sucateamento. Queremos estabelecer um parâmetro mínimo de qualidade”, explicou um dos idealizadores da ferramenta, José Marcelino, professor da Faculdade de Educação da USP e presidente do Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto (SP). Aprovado como referência para o fi-

nanciamento da educação do país, o CAQi já vinha sendo examinado pelo Conselho Nacional de Educação, que indicava sua adoção como política pública.

PIB E PRÉ-SAL

Para o presidente da Câmara de Educação Básica do CNE, Cesar Callegari, a discussão em torno do financiamento da educação na Conae é “sintomática de uma demanda política de educação de qualidade que vai se espalhando pela sociedade”. Ele explica que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), por ser proporcional ao



Lula saudou a plateia: “Chegamos até aqui por conta das cobranças de vocês”

Delegados aclamam Lula

A euforia e a emoção que já marcavam o último dia da Conae amplificaram-se com a chegada do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A plenária final, iniciada de manhã, foi suspensa temporariamente, e os delegados, que acompanhavam as votações e aplaudiam com veemência as propostas aprovadas, passaram a gritar palavras de saudação ao presidente — “Lula, guerreiro, do povo brasileiro”. Lula chegou acompanhado dos ministros Fernando Haddad, da Educação, Paulo Vanucchi, dos Direitos Humanos, e Eloi

Araújo, da Diversidade Racial, e da deputada Fátima Cleide (PT), presidente da Comissão de Educação da Câmara.

Em discurso, primeiro lido e em seguida improvisado, como pediam os presentes, ele lembrou que a Conae é a 66ª conferência nacional realizada em seu governo, quando, desde 1941, 108 foram realizadas no país. “Em oito anos, fizemos mais conferências do que os governos dos últimos sessenta anos juntos”. Lula considerou que ainda há muito a fazer na educação, mas que há muito que comemorar. “Ampliamos

número de alunos matriculados em cada rede pública de ensino acabou “desencorajando a qualidade, em prol da quantidade”, fazendo com que o aluno matriculado passasse a ser visto como uma “unidade monetária”. “Avançamos em cobertura porque se foi atrás do aluno para que entrassem mais verbas”, analisa.

Para implementar o CAQi será necessário aumento dos recursos da educação correspondente a um 1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ao ano. A Conae aprovou essa ampliação, de forma que se atinja o patamar de 7% do PIB em 2011, e de 10% em 2014 – hoje, o Brasil investe 5,1% do PIB na educação. O estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação tendo como base o PIB está na Constituição, pela Emenda nº 59, aprovada em 2009. Cabe ao próximo PNE definir essas metas – o atual (2001-2010) havia definido o valor de 7% do PIB até 2010, mas o item teve veto do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Foi aprovada também na conferência a proposta de destinação de 50% do fundo social do Pré-Sal para a educação, defendida com veemência pelos representantes dos estudantes. “Sou brasileiro, não abro mão, quero o Pré-Sal na educação”, comemoraram os delegados da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, na plenária final.

os cursos de licenciatura para formação de professores nas universidades federais, criamos bolsas de iniciação à docência, estabelecemos piso salarial para o magistério que, lamentavelmente, alguns estados não concordam em pagar”, enumerou, sempre sob brados e aplausos. “Quando a gente começa a nadar, tenta voltar, quando se cansa. Mas é mais difícil voltar do que ir em frente. Estamos no meio do caminho e não temos o direito de morreremos afogados”, comparou. “Chegamos até aqui por conta de vocês, por conta das cobranças, das greves, das conferências. Governo bom é o que tem capacidade de pôr em prática como política pública aquilo que ouve em cada rua, em cada escola, em cada fábrica”.

O ministro Fernando Haddad enfatizou o fato de a Conae ser “a maior conferência organizada no Brasil, convocada pelo Executivo, mas totalmente organizada pela sociedade brasileira”. E prometeu: “Nosso compromisso foi de o MEC participar como protagonista, mas sem privilégios. E nós nos propomos a ser tão somente o correio de transmissão do que os delegados vão estabelecer como Pla-



Na plenária final lotada, votações foram acompanhadas com brados e aplausos

Outro tema recorrente foi a importância de se criar uma Lei de Responsabilidade Educacional, que, como o nome diz, responsabilize os gestores, obrigando-os a cumprir o que está estabelecido na legislação. A criação da lei foi inserida como complemento da proposta 42 do documento final, e aprovada ainda no Eixo 1, que trata da comentada necessidade de articulação entre o estabelecimento de metas e as formas de concretizá-las. “A sociedade brasileira começa a mudar em relação ao controle social”, analisou

no Nacional de Educação. Estamos a serviço desta conferência”.

Haddad lançou a proposta de criação de uma mesa de negociações, reunindo governadores, prefeitos e entidades como a CNTE, para fixar metas para recuperação do piso salarial do magistério. “Temos que dizer qual será a remuneração daqui a dois, quatro, dez anos”, apontou, aplaudido.

Já o ministro Paulo Vanucchi lembrou que dos cinco eixos estabelecidos no capítulo referente à educação, no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – Educação Básica; Educação Superior; Educação Não Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia – os dois primeiros já estavam sendo democraticamente debatidos na Conae. O ministro Eloi Araújo, por sua vez, ressaltou que o país nunca teve o ingresso de tantos pretos e pardos nas universidades. “A sociedade brasileira tem implementado as políticas de cotas com resultados fantásticos. O convívio na universidade com estudantes negros cotistas é espetacular”, considerou.

Francisco das Chagas. “Hoje, os pais não querem saber apenas se tem lâmpada na escola pública, mas se os filhos estão aprendendo”.

EIXO DA DIVERSIDADE

“Por que a Conae colocou no Eixo 6 tudo aquilo com que não sabe como lidar?”, indagou, no colóquio *Educação de pessoas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação*, a jornalista Claudia Werneck, à frente da organização Escola de Gente e defensora da causa da sociedade e educação inclusivas. Ela se referiu aos temas inseridos no que foi chamado “eixo da diversidade”, por abarcar educação indígena, relações étnico-raciais e multiculturais, diversidade sexual e educação no campo, entre outros temas. De fato, esse grupo recebeu representantes de segmentos diversos: negros, índios, pessoas com deficiência, camponeses, homossexuais. Com o propósito de aprovar medidas de inclusão, esses segmentos praticamente não demonstraram conflitos de agenda, e quase sempre votaram em concordância.

“O Eixo 6 não é um saco de gatos, é um encontro”, disse Claudia Werneck, ainda no colóquio, no qual enfatizou que todos devem frequentar escola comum, contando com os apoios necessários para qualquer tipo de necessidade. “Contrariar a educação inclusiva é contrariar a Constituição. Não podemos hierarquizar condições humanas”, resumiu, ressaltando que o país já conta com política nacional de educação inclusiva. Nesse sentido, foi grande a batalha travada com representantes dos surdos, que defendiam uma escola própria, nas plenárias do eixo e final, em especial, no que se referiu às emendas 599 e 601.

A emenda 599 propunha “garantir às famílias e aos surdos o direito de optar pela modalidade de ensino mais adequado para o pleno desenvolvimento”. A referência a “opção” detonou o debate. Uma delegada explicou a resistência: “O texto abre espaço para a segregação, é um perigo aprovar escolas somente para um segmento”. Outra, favorável à medida, ponderou que tentava oferecer às crianças que não se apropriaram da fala o direito de aprender a língua de sinais brasileira (Libras) antes de ingressarem na escola comum. Com pouco mais de 30% dos votos favoráveis, a proposta de manter a “opção” seguiu para a plenária final, sendo, então, derrubada.

Já a emenda 601, para “assegurar a regularidade das escolas que ofertem educação para o surdo”, teve menos de 30% de votos na plenária do eixo e acabou rejeitada. O argumento: o texto preten-

dia manter com verbas públicas o funcionamento de escolas especiais que, na verdade, não podem fornecer diplomas e certificados. “Dinheiro público é para a escola pública de qualidade para todos, não é só para os que têm deficiência, nem só para os que não têm deficiência”, defendeu o delegado David de Souza, 21 anos, membro do Conselho Nacional de Juventude, com paralisia cerebral e analfabeto até cinco anos atrás por não encontrar escola que o aceitasse, em Fortaleza (CE), devido às suas dificuldades de locomoção e de fala. “Não queremos uma escola para os surdos, queremos uma escola para todos”.

A causa da inclusão também foi uma das principais bandeiras do estudante Diógenes Zanchettini, 17 anos, da cidade gaúcha de Passo Doble, delegado representante de dezoito municípios do estado. “Não acho que um aluno, por ter alguma deficiência, deva estar excluído em escolas especiais. Temos que estar todos numa escola só”, opinou.

A reunião de temas diversos em um mesmo eixo propiciou conhecer as causas de luta de diferentes segmentos, como assinalou Gevanilda dos Santos, delegada da Coordenação Nacional das Entidades Negras. “É uma política de unidade dentro da diversidade”, resumiu. Na plenária final, foi aprovada a proposta de reserva de 50% das vagas das universidades públicas para alunos egressos de escolas públicas, respeitada a proporção de negros e indígenas de acordo com os dados do IBGE. “Esperamos que a Conae sensibilize governantes, para que as ações afirmativas passem a fazer parte do novo PNE. Hoje, não há um programa de implementação em nível nacional”, considerou. “As ações afirmativas evidenciam a necessidade de inclusão de parte da população nas universidades”, avaliou o diretor de Luta Antirracista da UNE, Cledson Geraldo dos Santos Junior, na abertura do colóquio *Política de ações afirmativas para estudantes: promovendo a igualdade*.

Para Cledson, as instituições de ensino superior trabalham para formar a elite brasileira, e as cotas para negros e estudantes da rede pública contrapõem-se a essa hegemonia. “São uma maneira de o Estado retomar seu papel de combater o racismo”.

VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

Dois eixos foram dedicados especialmente a discutir a valorização dos profissionais de educação, merecendo destaque a formação docente obrigatoriamente em nível superior — já prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, mas que até



Durante a conferência, manifestações em defesa do piso salarial do magistério

hoje não vingou —, o valor do piso salarial dos professores e a instituição de um período sabático para estudos.

Estabelecido em julho de 2008, o piso salarial nacional do magistério público, de R\$ 950, para jornada máxima de 40 horas semanais, sendo um terço da carga horária destinado a tarefas como preparação de aula e correção de provas, gerou polêmica. Em 2010, o valor corrigido seria de R\$ 1.024,67, pelos cálculos do MEC, e de R\$ 1.312,80, pelos da CNTE, que acabaram norteando

a proposta que versa sobre o reajuste, no documento final da Conae. Para a professora Raquel Felau Guisoni, secretária da CNTE, a lei do piso não atende todas as reivindicações da categoria, mas foi apoiada por ser um ponto de partida: “Defendemos um valor mais alto com diferenciação para profissionais de nível médio e superior e jornada máxima de 30 horas semanais”. Inserir o piso salarial em um projeto maior de valorização do professor e estendê-lo aos demais profissionais de educação foi também um anseio expresso na Conae.

Em relação à formação dos professores, principalmente a formação inicial, o tema gerou divergências quando se tratou de fazê-la a distância. “Estarei convencida quando houver médicos, engenheiros e advogados também formados a distância”, observou Juçara Dutra, também da CNTE, no colóquio sobre o tema. A formação inicial a distância, no entanto, tem defensores que consideram esse caminho apropriado para que se atinjam professores em locais onde não há acesso a cursos e onde as aulas são ministradas por profissionais sem formação adequada.

A observação de Juçara teve eco na plenária do Eixo 4, na qual precisou entrar em votação a proposta 170 (“a

Entrevista: **Daniel Cara**

“Concretização das propostas demanda força”

Passados dois meses do fim da Conae, o sociólogo Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma das instituições organizadoras da conferência, festejou a nova agenda para educação e pediu esforço para concretizá-la, em entrevista à *Radis*.



Que balanço faz da Conae?

A conferência propôs uma nova agenda para a educação brasileira, que nasce a partir da necessidade de construção de um sistema nacional. No ensino fundamental, esse projeto está ancorado numa perspectiva de equidade e no Custo Aluno-Qualidade. No superior, demanda mais vagas nas universidades públicas e a regulação das universidades privadas — temos visto como há falta de regulação do setor. Ainda se deliberou por mudan-

ças na política de avaliação, para sairmos da *perspectiva do semáforo* — que apenas aponta que a luz está vermelha, quando passar para a amarela e para a verde. A avaliação deve ser mais diagnóstica, mais indicativa dos problemas, mostrando o nível da educação brasileira e dando subsídios para a formulação de políticas públicas que melhorem sua qualidade.

E em termos de participação?

Nesse sentido, a conferência também foi bastante positiva. Tivemos uma participação ampla, envolvendo entidades representativas e de diversas tendências. A conferência começou nos municípios, passou pelos estados e se concluiu no âmbito nacional. Acredito que a próxima conferência pode ser ainda mais inclusiva. O evento foi bastante meticuloso em dar soluções aos problemas que levantou.

É possível apontar pontos fracos?

Faltou debater currículo, que é uma questão importante para o sistema. Também senti falta de uma

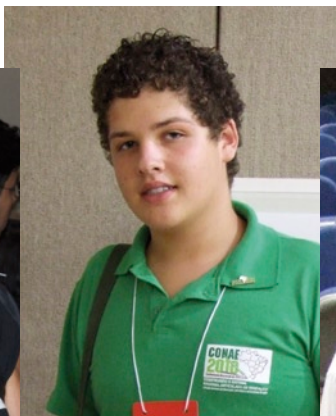
Raquel: apoio à lei do piso como ponto de partida



Gevanilda espera ações afirmativas em nível nacional



Diógenes quer todos em uma escola só



David: dinheiro público para a escola pública

formação inicial deverá preferencialmente se dar de forma presencial...” e “de forma excepcional na modalidade Educação a Distância”). Houve falas contundentes em defesa da retirada do termo “preferencialmente” do texto, buscando não abrir mão de uma formação exclusivamente presencial, pressionando-se, assim, o sistema a prover a demanda. Acabou vencendo essa, com muita comemoração.

Já a definição do texto da proposta 183 acabou tendo que ir para a plenária final. A disputa girou em torno de se es-

tabelecer ou não um prazo – de quatro anos – para acabar com a formação do professor em nível médio (curso Normal). O argumento contrário ao fim do curso Normal tratava do sentido social desse tipo de formação e de sua importância em um país onde não há, hoje, condição de formar todos os professores em nível superior. A favor de se estabelecer um prazo para acabar com a formação docente em nível médio estava a ênfase que se deseja dar à qualidade. “A educação é ciência, não pode se dar em nível médio. Não somos técnicos, somos

educadores”, defendeu um delegado. Na plenária final, no entanto, venceu a supressão do trecho que definia prazo de extinção do curso Normal.

Ainda em relação a carreira, venceram as propostas 162, de “garantia de licença automática e remunerada aos profissionais do magistério ao ingressarem em programas de mestrado e doutorado”, e a 184, com uma emenda que introduz o ano sabático, licença remunerada, a cada sete anos, para dedicação ao aperfeiçoamento profissional.

PLANO NO CONGRESSO, JÁ

Embora a educação deva ser uma questão de Estado, não de governo, e, portanto, apartidária, durante a Conae, foi bastante enfatizada a importância de que as decisões tiradas na conferência sejam apreciadas ainda no atual governo e na atual legislatura, de modo a garantir a conclusão de um processo que estes iniciaram. “As propostas são de ordem política, e não executiva ou normativa”, lembrou o coordenador da conferência, Francisco das Chagas.

Para monitorar o encaminhamento delas e garantir que se transformem em políticas públicas, foi aprovada ainda nas plenárias de eixo, a criação do Fórum Nacional de Educação, que acompanhará a execução e a tramitação do novo PNE. “Depois desta conferência, vamos precisar fazer com que as diretrizes sejam aprovadas no Congresso”, ressaltou Chagas.

De acordo com Dermeval Saviani, no cenário atual, há grande chance de se aprovar o PNE para os próximos dez anos, uma vez que o governo conta com base forte no Congresso. “Se ficar para a próxima legislatura, vai depender da correlação de forças de então”, alerta. Juçara Dutra, da CNTE, compartilhou sua apreensão po a Conae ter se realizado no último ano do governo Lula. “Discutimos com a sociedade e o governo, mas há outro ator que é o Parlamento, que nos traz sempre novidades”.

articulação mais profunda com outras políticas públicas – foi um evento praticamente restrito a educadores. Mesmo com essas questões, a conferência foi muito boa e deu resultado: conseguiu fazer essa nova agenda emergir.

Em que o Sistema Nacional de Educação se aproxima e se distancia do SUS?

Aproxima-se na concepção de que é preciso ter um sistema em âmbito nacional para coordenar políticas públicas essenciais ao desenvolvimento do país e dos direitos humanos. Diferenciam-se na gestão: no SUS, há uma articulação mais direta entre União, estados e municípios, praticamente vertical; na educação, propomos uma articulação mais horizontal, em que os três entes trabalhem em regime de colaboração, com mais diálogo e negociação.

Em avaliações divulgadas pela imprensa, há quem fale que algumas deliberações não são realizáveis.

Essas matérias focam a questão da regulação do ensino privado. Sabemos que existe um lobby fortíssimo dessas instituições junto à imprensa, o que pode desvirtuar a cobertura do evento. Fala-se, por exemplo, que

algumas deliberações da Conae são inconstitucionais, mas as conferências existem também para propor mudanças na Constituição. Apenas as cláusulas pétreas não são passíveis de emendas constitucionais – e esse não é o caso do ensino privado.

Quais são os passos necessários para que as medidas aprovadas sejam postas em prática?

O relatório deverá ser levado ao Congresso Nacional para transformar as deliberações da Conae em projetos de lei. Depois, precisamos pressionar os congressistas para que essas propostas avancem, num exercício de *advocacy*.

As propostas da Conae serão mesmo incluídas no próximo PNE?

Essa é a prioridade, já que o PNE articula as iniciativas da área, contempla metas e tem caráter propositivo – estabelece como deve ser gerida a educação nos próximos dez anos. Espero e acredito que as deliberações da conferência estarão presentes no texto, mas isso não é automático, depende da nossa força. Muita gente se equivoca ao achar que os pontos aprovados na Conae automaticamente viram lei; no sistema brasileiro todas as leis devem passar pelo Congresso.

SERVIÇO

PREMIAÇÃO

PRÊMIO PROFESSOR ERIC ROGER WROCLAWSKI



A revista científica *Einstein*, do Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, tem como prática premiar artigos científicos originais na área da saúde, para fomentar e divulgar estudos nacionais nas categorias de Ciência Básica e Medicina Experimental, Medicina Clínica, Medicina Cirúrgica e Saúde Multiprofissional. Em 2010, serão concedidos três prêmios por categoria: além do diploma, o primeiro lugar receberá R\$ 3.500,00; o segundo, R\$ 1.500,00; e o terceiro, R\$ 1.000,00. Os interessados deverão se inscrever e enviar seus trabalhos até 31/7 pelo site www.einstein.br/revista.

Mais informações

E-mail revista@einstein.br

Tel. (11) 3747-0635 (com Janaína)

PUBLICAÇÕES

QUESTÕES DE SAÚDE COLETIVA

A Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) lançou duas novas publicações. A *Revisita Ciência e Saúde Coletiva*, volume 15.2, com título *Problemas de saúde na infância: desafios do tratamento e da prevenção*, trata dos cuidados ampliados de saúde e da atenção a várias enfermidades na infância, que podem repercutir na vida adulta. Já a *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, volume 15.3, trata do desafio da drogadição na sociedade contemporânea. Nesse número, o médico Ronaldo Laranjeiras, do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo, vai na contramão de toda a teoria atual de desresponsabilização



social sobre o problema. A versão *online* dos dois números da revista está disponível em www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/index.php.

MÍDIA E INCLUSÃO

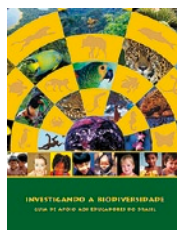
Manual da Mídia Legal 6 – Comunicadores (as) pelas Políticas da Juventude (WVA Editora) faz parte de



uma coleção iniciada em 2002, pela organização Escola de Gente – Comunicação em Inclusão. Traz análise de mídia, legislação, reprodução de documentos acerca da construção dos marcos legais sobre Juventude e artigos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, com comentários da Escola de Gente e de representantes do Ministério Público da União – tudo relacionado à análise de dez matérias publicadas na mídia brasileira. O manual tem edição impressa e também pode ser baixado do link www.escoladegente.org.br/publicacoes.php, em formatos acessíveis, que vão de PDF, DOC, TXT e OpenDOC a *Audio Book* e *Daisy*, que permite que um texto escrito seja lido em voz alta por aplicativo instalado no computador.

MEIO AMBIENTE

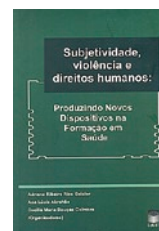
Investigando a Biodiversidade: guia de apoio aos educadores do Brasil é uma publicação voltada aos educadores que desenvolvem ações e atividades pedagógicas com professores, crianças e jovens, sobre o significado e a importância da biodiversidade e como devemos conservá-la. O lançamento do livro, pelas ONGs Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), presente em 43 países, Instituto Supereco (fundado em 1984) e o WWF-Brasil, marca também o No Ano Internacional da



Biodiversidade. A publicação traduz conteúdos científicos de forma lúdica para ajudar a análise e o reconhecimento da biodiversidade do país, seus serviços ambientais e as ameaças de extinção. A faixa etária recomendada para a aplicação do material é de crianças e jovens de 11 a 14 anos.

VIOLÊNCIA E PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde, organizado pelas psicólogas Adriana Ribeiro Geisler e Cecília Maria Coimbra e pela enfermeira Ana Lúcia Abrahão (Editora EdUFF), trata do impacto nos profissionais de saúde dos casos de violência que chegam aos postos e hospitais. O livro é resultado de pesquisa organizada pelo Departamento de Psicologia e pela Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF), e pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz.



ENDEREÇOS

Abrasco

Tel/fax (21) 2560-8699 / 2560-8403

E-mail abrasco-socio@ensp.fiocruz.br

Site www.abrasco.org.br

Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF)

Tel. (21) 2629-5287/5289

Fax (21) 2629-5288

E-mail eduffdiv@vm.uff.br

Site www.eduff.uff.br

WVA Editora

Tel. (21) 2493-7610 r. 21

Site www.wvaeditora.com.br

CI-Brasil

Site www.conservacao.org

Instituto Supereco

E-mail supereco@supereco.org.br

Site www.supereco.org.br

WWF-Brasil

Site www.wwf.org.br

PÓS-TUDO

Aparência em lugar da essência



Muniz Sodré (*)

Pela imprensa ficamos sabendo que 60% do eleitorado brasileiro têm apenas o primeiro grau escolar incompleto. A baixa escolaridade desses a quem cabe a escolha dos legisladores e governantes sempre foi motivo de preocupações, mas se torna um fato decididamente alarmante em face das novas configurações políticas e eleitorais, em que a presença da mídia eletrônica concorre fortemente para a ambientação de um novo tipo de sociabilidade.

É que a mídia televisiva tende a atuar com mais força de influência onde são altas as taxas de analfabetismo ou, então, onde ocorrem uma redução das formas organizadas de mediação do conflito social (sindicatos, partidos políticos e outras instituições da sociedade civil) e um aumento da atomização do comportamento eleitoral, isto é, de eleitores flutuantes — partidarmente confusos ou institucionalmente indiferentes.

É isso se dá onde é mais marcante a convergência dos velhos eixos ideológicos (esquerda-direita) para um centro político-gerencial (um bom exemplo disso é o que no fim do milênio os europeus chamavam de “terceira via”), mais preocupado com telecomunicações, transportes, ecologia etc. do que com as grandes teses desenvolvimentistas ou reformistas do pensamento político tradicional.

PURA IMAGEM

Pode-se ponderar que, mesmo nessa temática centrista-gerencial, exista uma ideologização. O que certamente não existe é uma polarização antagônica de posições, já que tendem todas a convergir para um ponto comum, afinado com as novas exigências da tecnologia, do mercado e do *status-quo* social. As coalizões e as táticas pragmáticas abrem

caminho para novas formas de política, que acabam por tornar contínua a erosão de identidade dos grandes partidos doutrinariamente centralizados.

Esse fenômeno generaliza-se nas sociedades contemporâneas, embora em graus de intensidade diferentes, como parte de um processo desconstrutivo que vem abalando os modos clássicos de identificação e organização das demandas sociais. Ao lado de outras mediações, os partidos vão sendo progressivamente esvaziados de seu papel histórico de canalização dos interesses coletivos e de institucionalização representativa (não apenas estatal) do acesso ao poder.

A expressão *novas formas de política* comporta a ideia de um reformulação generalizada das mediações tradicionais, também com consequências que apontam para uma mutação identitária em outras instâncias da sociedade. A chamada *despolitização* midiática ou tecnológica resulta, por sua vez, do enfraquecimento ético-político das antigas mediações e do fortalecimento da midiáticação.

Sob a égide da produção informacional da realidade, a tecnointeração — mídia, teletecnologias — toma o lugar da mediação, desviando os atores políticos da prática representativa concreta (nordeada por conteúdos valorativos ou doutrinários) para a performance imagística.

Eleitoralmente, os candidatos são como que absorvidos ou *solicitados* por uma conjuntura político-social onde predomina uma esfera de valores midiática, suscetível de acionar a força plebiscitária das massas contra o formalismo burocrático, ou eventualmente doutrinário, dos partidos. A *absorção* implica, na prática, a conversão da identidade político-partidária do indivíduo em pura imagem pública, isto é, em aparência — constituída por um ou mais traços publicitariamente convenientes — experimentada como entidade original ou *virtualizada*.

PÓS-MODERNO

Como já enfatizamos, porém, a esfera midiática é hibridizante, não atua sozinha. Não basta, por exemplo, a visibilidade pura e simples de um indivíduo na mídia — a excessiva exposição de sua imagem na TV ou nos jornais. É preciso apelar para todo um arsenal de identificações entre a imagem e a audiência a fim de se obter efeitos não mais apenas projetivos, como no caso

do entretenimento clássico, e sim de reconhecimento narcísico de si mesmo no *espelho* tecnocultural.

Por isso constam do imaginário midiático motivações características de modos de funcionamento tradicionais, como preocupações com segurança existencial, religião e família. Estes são elementos e valores ressignificados pelos dispositivos tecnoculturais em função da imagem pública que se deseja construir.

Tudo tende a confluír para a imagem publicitária como valor coletivo, o que pode tornar a interpretação cênica da realidade mais importante do que qualquer modo tradicional de representação. Publicamente, importa mais a capacidade pessoal de gerar espetáculo (telegenia, histrionismo, agressividade bem dosada etc.) — portanto, a performatividade midiática —, do que conteúdos programáticos.

É um modelo tipicamente norte-americano, que amadureceu ao longo de todo o século 20 e culmina no fenômeno dos atores-presidentes, isto é, chefes de governo que, mesmo não sendo necessariamente profissionais do ramo, seguem os padrões de uma certa cosmética cênica. Diante da progressiva despolitização substantiva da democracia norte-americana, o modelo só tem feito intensificar-se. Na campanha eleitoral para Senado e presidência dos Estados Unidos, em 2000, bastava consultar esporadicamente a imprensa para dar-se conta do jogo intersimulativo entre a realidade político-eleitoral e o imaginário hollywoodiano: astros cinematográficos assumiam discursos políticos enquanto políticos profissionais faziam as vezes de atores.

Não chegamos a tanto no Brasil, apesar da evidente americanização das campanhas políticas no Centro-Sul. Mas dinheiro e publicidade, muito mais do que qualquer plataforma reformista ou desenvolvimentista, são cada vez mais os elementos-chave do êxito eleitoral. No vazio da formação letrada capaz de levar a decisões de voto comprometidas com a mudança social, no flagelo do analfabetismo, aumenta o poder da cosmética midiática. De Collor para cá, esta é a regra vigente na chamada “vida pública” brasileira.

O resultado é o que se vê: políticos novos e inexpressivos do ponto de vista da representatividade popular (já que mídia e mercado não implicam representatividade) e o velho caciquismo regionalista. Nada mais *pós-moderno*, alguém diria. ■

* Jornalista, escritor e professor titular da UFRJ. Artigo publicado no Observatório da Imprensa (www.observatoriodaimprensa.com.br), em 2/5/2001 e 11/5/2010.



XII Congresso Brasileiro de Biomedicina

www.congressodebiomedicina.com.br

09 a 12 de outubro de 2010

Recife/PE

Centro de Convenções de Pernambuco

“Tema: Biomedicina e o Meio Ambiente - Desafios e Perspectivas”

Promoção:



Conselho Regional de Biomedicina
2ª Região

Organização:



Fone: (81) 3463.0206 / 3463.0729 / 3088.3502 Fax: (81) 3327.3068
E-mail: biomedicina@bureaudeeventos.com.br

Apoio:



Conselho Regional de
Biomedicina
3ª região

